



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS FILHAS DE EVA: O IDEAL DE MULHER MODERNA NO DISCURSO
DOS JORNAIS A ORDEM E A REPÚBLICA, 1950-1952.

RISONANDES QUEIROZ DA SILVA

NATAL/RN

2003



RISONANDES QUEIROZ DA SILVA



AS FILHAS DE EVA: O IDEAL DE MULHER MODERNA NO DISCURSO DOS
JORNAIS A ORDEM E A REPÚBLICA (1950-1952).

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa II, ministrada pela Professora
Denise Mattos Monteiro, do curso de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, sob a orientação da
Professora Maria da Conceição
Guilherme Coelho.

NATAL/RN

2003

A todas as mulheres que fizeram parte da
minha vida contribuindo para me tornar o
que sou, em especial à minha avó
Risolita dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela inteligência, sabedoria, compreensão e paciência, pela força e a coragem, as alegrias e tristezas, pelas vitórias e derrotas; mas precisamente, por chegar ao final de uma batalha vitoriosa.

A Virgem Mãe de Deus por ser um modelo entre todas as mulheres a ser seguido, como também pela sua constante presença em minha vida.

A minha avó Risolita que muito fez por mim, contribuindo para me tornar um homem honesto.

A minha mãe Risonete que me educou mostrando o caminho a ser seguido.

As minhas irmãs Manuella e Magnólia pelas palavras de estímulo.

As minhas tias Risoneide, Rosangela, Riselda, Rosimere e Rosilene; pela participação na minha vida com palavras de incentivo.

Quero compartilhar a felicidade deste momento com todos os amigos que contribuíram para o êxito deste estudo, em especial ao meu amigo Marcílio.

A professora, orientadora e amiga, Ms. Maria da Conceição Guilherme Coelho pela ajuda e estímulo, que, acreditou no meu potencial, dando força para o meu crescimento acadêmico.

“Nenhuma era jamais conseguirá ser tão ruidosamente consciente do sexo quanto a nossa”.

Virgínia Woolf.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O UNIVERSO FEMININO	11
1.1 Política Historiográfica: um repensar histórico sobre o sexo como categoria de Gênero	12
1.2 A Modernidade como elemento espacial do Público/Privado sobre a ótica feminista	16
1.3 A economia como fator transformador da realidade social feminina	23
2 A MULHER DOS ANOS DOURADOS: A IMAGEM IDEAL DE MULHER MODERNA PERANTE A SOCIEDADE TRADICIONALISTA	28
3 A VOZ DO JORNAL A ORDEM: O DISCURSO CONSERVADOR DO JORNAL CATÓLICO DE NATAL EM RELAÇÃO À MULHER MODERNA	40
4 VOZ DO JORNAL A REPÚBLICA: A ABERTURA SUTIL DA MODERNIDADE EM SEU DISCURSO	61
CONCLUSÃO	74
FONTES E BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	79

INTRODUÇÃO

A História das Mulheres nas últimas décadas possibilitou a constituição de estudos sobre o homem universal a partir de uma nova perspectiva social, redimensionando-o a um novo campo temático designado como a categoria de Gênero que:

possibilitou juntar, numa unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu utilizar essa unidade fictícia como princípio causal, um significado onipresente, um segredo a ser revelado em toda parte: o sexo estava assim apto a operar como um significante peculiar e como um significado universal¹.

A contribuição que se pretende através deste estudo é de identificar o ideal de mulher moderna nos discursos apregoados pelos jornais locais, A Ordem e A república, no período de 1950 a 1952.

Os anos de 1950 a 1952 foram escolhidos como corte cronológico devido as transformações sócio-econômicas que estavam ocorrendo na sociedade ocidental, em especial no cenário político relacionado às conquistas femininas adquiridas. O período inicial da pesquisa foi delimitado no ano de 1950 por ser esta uma fase extremamente rica em conteúdo jornalístico sobre as mulheres. O término foi demarcado em 1952, pois, neste ano não houve publicação do jornal A República para que se fizesse um quadro comparativo com o jornal A Ordem².

Al Neto colaborador do jornal A República definiu 1950: “como o ano que passará a história do sexo feminino com letra de ouro”³. Por tratar-se de um período bastante marcante para as correntes que abordavam o universo feminino, dentre estas alterações de percepção sobre a temática podemos exemplificar através da assertiva de Simone de Beauvoir em que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é

¹GALLOP, Jane. **The Daughter s Seduction: feminism and psychoanalysis**. New York: Cornell University Press, 1982. p. 36.

²O jornal A República entre 04/02/1951 a 01/07/1956 não foi editado. A justificativa por parte do governo de José Augusto Varela era a de contenção de gastos. O jornal A República retornou a ser editado no governo de Dinarte Mariz.

³ A República, ANO LXI – N.º 95 – Natal/RN, sexta-feira, 28/04/1950. Al Neto colunista social do jornal A República.

o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado eu qualificam de feminino⁴.

A idéia de mulher construída neste período foi originada dentro de um universo social, no qual a concepção filosófica disseminada era a de modernidade:

Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência modernidade⁵.

A sociedade local estava em plena fase de transição para à modernidade, onde o universo feminino preestabelecido passaria por mudanças intrínsecas.

A escassez na historiografia local de obras que tratem sobre as mulheres da década de 50 propiciou o interesse para que a realidade vivida por estas mulheres fossem evidenciadas neste trabalho, através da perspectiva dos jornais locais de maior circulação da época, que retratavam o espírito da modernidade em suas publicações, segundo seus princípios e valores: “é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que esposa as [sic] inflexos da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os fatos”⁶.

Para caracterizar As Mulheres dos anos Dourados em sua revolução modernista, se utilizou obras que tinham um amplo entendimento sobre a temática discutida: Na Escrita da História, de Peter Burke podemos identificar uma preocupação recente sobre o papel feminino na produção historiográfica; em Condição pós moderna: modernismo e modernidade, de David Harvey conhecemos os conceitos de modernismo e pós modernismo construídos entre os séculos XIX e XX; na História das Mulheres no Brasil, de Mary Del Priore encontramos leituras sobre diferentes perfis femininos; em Feminismo como crítica da modernidade, de Sheila Benhabib e Drucila Cornell apreendemos distintas correntes filosóficas que tratam da concepção da categoria de gênero na modernidade.

O objetivo proposto inicialmente por este estudo foi possível através da aplicação de uma metodologia de pesquisa em que foram utilizados como fontes primárias os jornais

⁴BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2, p. 9.

⁵BERMAN, M. apud HARVEY, David. **Condição pós moderna: modernismo e modernidade**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 21.

⁶WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: Rémond, RENÉ(Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. cap. 9, p. 282.

acima citados. O jornal A Ordem, autodenominado como o jornal católico, foi privilegiado por apresentar um discurso conservador e tradicionalista frente à modernidade e o jornal A República que sutilmente aderiu ao espírito moderno pelo qual a sociedade local já estava sendo influenciada.

Este estudo foi dividido em quatro partes. A primeira parte aborda o universo feminino, destacando as concepções que nortearam o discurso filosófico, a política historiográfica e as transformações sócio-econômicas. Neste primeiro momento tratou-se das concepções que foram disseminadas pela modernidade sobre as mulheres e que contribuiu para a percepção de uma nova mulher, a mulher moderna no séc. XX. O segundo momento expõe a mulher dos anos dourados na sociedade tradicionalista e conservadora que determinava-a como ideal. A terceira abordagem retrata o discurso do jornal A Ordem, demonstrando o seu posicionamento em relação à mulher moderna, apontando qual o seu papel perante a sociedade. A quarta parte destaca a postura do jornal A República sobre a modernidade e a mulher neste contexto, comparando-a com o jornal A Ordem e estabelecendo o ideal de mulher moderna.

→ A presente monografia procurou contribuir para a história cultural “tal como a entendemos, [e que] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”⁷. O subsídio intelectual exposto se propõe a agregar elementos para que A História das Mulheres possa aparecer à discursividade de forma apropriada, possibilitando uma maior apreensão do universo feminino, pois por não esgotar, em absoluto, as discussões a respeito da temática sobre este universo esperamos ter aberto um caminho para pesquisas posteriores.



⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa : Difel, 1990. p. 16-17.

1 O UNIVERSO FEMININO:

Sandro Botticelli. Detalhe do nascimento de Vênus, 1485. Tempera sobre tela.

1.1 Política historiográfica: um repensar histórico sobre o sexo como categoria de gênero.

A história das mulheres nas últimas décadas apresentou definivelmente seu campo de estudo nas instituições acadêmicas em várias partes do mundo.

O que se pretende através desses estudos é a compreensão histórica do espaço ocupado pela mulher na sociedade, pois só é possível compreender a interação do homem e da mulher no convívio social a partir dos valores e interdependências historicamente constituídos. É preciso redefinir o papel da mulher na historiografia. “Trata-se de fazer história das relações em todos os níveis: discursos, representações, práticas efetivas...”⁸ captando nas suas representações suas permanências e mudanças, o seu papel, o seu lugar. “Trata-se de uma história decididamente relacional que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, história dos homens”⁹.

A relação existente entre a história das mulheres e a política social é evidentemente complicada, sua correlação surge na década de 60 com as ativistas feministas que propunham uma postura historiográfica diferente, mostrando a mulher como participativa no contexto histórico. Todavia, este contato com o meio acadêmico possibilitou uma conexão entre as feministas e a intelectualidade, desta maneira, ampliou uma gama de conhecimentos sobre vários aspectos da vida da mulher que obteve sentido próprio de existir e afastou a condição das ações anteriormente adotadas, gerando um novo campo de estudo em consequência das atividades acadêmicas.

O produto desta dialética foi o surgimento de uma área de conhecimento que tinha como objeto de investigação, não mais a mulher, mas o “gênero”¹⁰, que possibilitava a imparcialidade ou um cunho ideológico a ser utilizado, ou seja, tornou-se possível uma análise da história especializada da mulher que foi fruto da luta iniciada pelas feministas na década de 60.

⁸PERROT,Michelle apud THÉBAUD, Françoise. *Ecrire la histoire des femmes*. 2. ed. Paris: ENS Editions, 1998. p. 116.

⁹PERROT,Michelle; DUBY, Georges(Org.). *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991.v . 5, p. 7.

¹⁰ LACAN, Jacques. *Seminaire I: les écrits techniques de Freud*. Paris: Seul, 1975. p. 80.

Gênero é “Uma nova definição pessoal e subjetiva para toda a humanidade, pode ser encontrada além das categorias de sexo, (homem e mulher) e que o advento de sujeitos individuais exige em primeiro lugar a destruição da categoria de sexo, acabando o uso delas, e rejeitando todas as ciências que ainda usam essas categorias como seus fundamentos”.

Segundo Rago, o exame da categoria gênero “abre a possibilidade da constituição dos estudos sobre os homens num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado”¹¹. Ao mesmo tempo, pela corrente historiográfica oficial, a narrativa a respeito da história das mulheres é vista como a despolitização do sistema, entretanto, ambas as visões concordam com a inevitável trajetória percorrida pela historiografia da mulher.

Existe a necessidade de uma reflexão crítica devido ao grau de complexidade da situação variável da mulher na história e na historiografia . O balanço feito pela historiadora Gisela Book sobre um quarto de século de escrita da história das mulheres, destaca que o interesse do gênero é convocar os historiadores a pensar em termos de relação e articulação do conjunto das relações socioculturais: “A proposta da historiadora é historicizar o biológico, e não mais opor sexo e gênero, é ir além dos termos definidos pela igualdade e diferença, e não mais opô-los”¹². Os historiadores feministas empregam o termo gênero como forma de conceituar as práticas sociais do ponto de vista do sexo, e consequentemente submetê-lo ao seu julgamento. Faz-se necessário ressaltar que muitos historiadores utilizam da historiografia sobre as mulheres como meio para instigar os setores sociais que vão de encontro com a perspectiva de um novo olhar sobre a história, e a necessidade de reescrevê-la.

A atual história das mulheres vem utilizando conceito de gênero como maneira de trabalhar as inquietações atuais das práticas feministas. O movimento feminista impulsionou a história das mulheres, dando-lhes legitimidade como um movimento político. O fruto dessas ações é a diferenciação entre ações aplicadas e a produção do conhecimento, que se torna cada vez mais dinâmico. A estratégia aqui adotada é a tentativa de narrar lucidamente a relação do estudo historiográfico sobre às mulheres e a emissão de variados prismas dentro deste universo feminino, analisando as múltiplas possibilidades existentes.

No projeto da história das mulheres existe uma dialética às avessas, no sentido de não haver uma síntese definida para as questões suscitadas, que é importante e de difícil resolução. Trata-se da ambígua situação da mulher perante a história, pois sua posição é vista como um suplemento inofensivo à história e ao mesmo tempo radical.

¹¹RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Míriam Pillar(Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 37.

¹²BOOK, Gisela apud MORAIS, Maria A. Câmara de (Org.). **A mulher em nove versões**. Natal: EDUFRN, 2001. p. 11.

A escritora Virgínia Woolf soube expressar esta ambigüidade com eficaz propriedade, quando tenta solucionar estas inadequações históricas através de uma revisão da história da mulher. Segundo Woolf: “Por que... não acrescentar um suplemento à história? Chamando-o, é claro, por algum nome discreto, de forma que as mulheres pudessem ali aparecer sem impropriedade”¹³. E complementando o pensamento expresso por Virgínia Woolf, segundo Bárbara Johnson, este suplemento proposto é “supérfluo e necessário, perigoso e redentor”¹⁴.



Virgínia Woolf. década de 20.

Estas concepções são a tentativa de uma análise do que ocorre na historiografia sobre as mulheres, é a exposição da força política e crítica que se traduz dentro das propostas disciplinares que as desestabilizam, não oferecendo a síntese para a questão levantada. Não é fácil romper com a tradicionalidade dos historiadores que produzem a historiografia oficial. Os historiadores da história da mulher vêm buscando incluir na história tradicional a mulher como objeto de análise e como sujeito atuante dos acontecimentos na história. Todavia, existe o dilema da diferença na qual o sujeito de estudo da historiografia oficial é caracterizado pelo homem branco. A luta desses profissionais da história da mulher é ir de encontro às verdades preestabelecidas e suas definições históricas sob a ótica deste estereótipo formulado pelo historiador, fazendo uma produção de conhecimento cujo o objeto de estudo seja o homem universal.

Para a corrente historiográfica da escola dos annales, esta problemática da história das mulheres é eficaz no sentido de demonstrar a ainda existente parcialidade dos fatos, ou seja, este suplemento necessário indica que a história não está completa em termos de produção de conhecimento, conforme o posicionamento teórico de Michel de Certeau. Em contra partida, esta reivindicação proposta pelos historiadores da mulher é vista como

¹³ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 75.

¹⁴ JOHNSON, Barbara apud SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. p. 76.

ideologia pelos tradicionalistas, na tentativa de desqualificar esta nova abordagem à historiografia.

A história da mulher veio inovar o contexto no campo da história social que admitia diversos segmentos e grupos sociais. Ousaram em colocar a mulher como uma categoria social fixa, não mais expondo-a como vítima do processo social, passaram então a documentar sobre a cultura das mulheres. A história das mulheres decisivamente após os anos 70, impôs-se como categoria de estudo. O antagonismo, homem versus mulher, centralizou-se tanto na política quanto na história, e a consequência foi a legitimidade adquirida a partir da experiência em separado da história das mulheres, que desta forma consolidou a identidade coletiva de todas as mulheres. O reflexo da nova realidade foi a afirmação desta diferença na historiografia, e sua consolidação como campo de investigação dentro da academia.

A classe de gênero, anteriormente era vista como uma divisão dos sexos imposta socialmente... Homens e mulheres são, evidentemente, diferentes. Mas não são tão diferentes como dia e noite, terra e céu, yin e yang, vida e morte. De fato, do ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais pertos um do outros do que qualquer outra coisa.[...] A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes um do outro do que de qualquer outra coisa deve provir de algum lugar que não seja a natureza¹⁵.

Gênero, agora atribuí-se ao homem universal para assim analisar os fatos históricos propiciados por pessoas de ambos os sexos, adquiriu uma tônica mais complexa, surgiu a necessidade da observação minuciosa e criteriosa em fazer diferenciações dentro da própria classe feminina, ou seja, para que se pudesse constituir uma história universal da mulher foi necessário especificá-las como: mulheres donas-do-lar, mulheres do campo, mulheres lésbicas, etc., desta forma abrangeria universalmente à história das mulheres, utilizando-se desta nova abordagem historiográfica de mostrar as diferenças dentro de uma classe obtida como diferente e desta maneira contribuir para a história geral das mulheres.

A partir deste novo posicionamento teórico, surgiram debates sobre relacionamentos macho/fêmea e como compreender a categoria do gênero, bem como as instituições formadas a partir dessa complexidade do sexo. A história das mulheres vem remodelar esta história estabelecida, que em si mesma excluía a mulher como agente da

¹⁵ GAYLE, Rubin. **The traffic in women: notes on the political economy of Sex.** New York: Monthly Review Press, 1975. p. 179.

história, através do uso de novos padrões, termos e hipóteses para rescrever a história universal.

As historiadoras da década de 80 perceberam uma problemática relacionada às feministas, que coloca teoria versus política. As feministas, ao recusar em problematizar as questões envolvidas nas concepções sobre teoria e política, tornam menos produtivas o processo historiográfico e tiram a possibilidade de experiência da análise crítica, relegando à história tradicional como politicamente correta na explicação histórica. O não pensar teoricamente sobre a experiência da relação da história da mulher com a história, terá como consequência a perda da crítica desestabilizante do feminismo, a mudança radical do conhecimento que produz a historiografia e a perda da política feminista empreendida.

A discussão entre prática e teoria seguem a problemática da suplementação, a qual identificou a atual história das mulheres e gerou a força de sua crítica. As historiadoras encontraram o apoio de profissionais de outras áreas ligadas às humanidades que questionaram as bases e premissas epistemológicas da historiografia tradicional.

Não há como escapar do uso da política na constituição da historiografia, pois a história das mulheres é indiscutivelmente uma área política, entretanto, o uso do conceitual teórico é que colocará em prática a abordagem a ser adotada.

1.2 A modernidade como elemento espacial do público/privado sobre a ótica feminista.

Os teóricos feministas nestas últimas décadas vêm aprendendo muito a respeito da modernidade como elemento transformador da realidade social feminina. De acordo com o artigo semanal *The painter of modern life*, publicado em 1863 por Baudelaire, “modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”¹⁶. O modernismo, enquanto movimento histórico, oscila entre o efêmero e o fugidio, esta dualidade, muitas vezes, deixa a impressão de poder, “apresentar oscilações de significado até voltar-se para a direção oposta”¹⁷.

Podemos melhor compreender a condição conflitante sobre o modernismo, a partir de algumas avaliações das correntes estéticas e filosóficas. O questionamento essencial para esta abordagem é: Por que a condição da modernidade tem tais características?

¹⁶ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: modernismo e modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992. p.21.

¹⁷ *Ibid.*, p. 21.

Segundo Berman:

há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência modernidade. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernas cruzam todas as fronteiras da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia, nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade, ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”¹⁸.

Teóricos de diferentes lugares e épocas tentaram lidar com essa condição da modernidade: fragmentário, efêmero, transformador, caótico. A modernidade “sem interesse central era uma experiência distintiva do tempo, do espaço e da causalidade como coisas transitórias, fugidias, fortuitas e arbitrarias”¹⁹.

A conclusão obtida pela maior parte dos teóricos modernos é que “a única coisa segura na modernidade é a sua insegurança, e até a sua inclinação para o caos totalizante”²⁰. Todavia, existem conseqüências profundas originadas desta vida moderna, profetizada pela modernidade, a começar pelo desrespeito ao seu passado ou a qualquer ordem social pré-moderna. Existe uma dificuldade na manutenção da continuidade da história devido ao caráter transitório da modernidade. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.

Na história da modernidade houve sempre uma vanguarda que interrompeu a continuidade através de mudanças radicais. Estas alterações tinham como propósito a busca pelos elementos eternos e imutáveis, caracterizado pelo pintor Paul Klee, como o “caráter essencial do acidental”²¹, mas de difícil apreensão, estes elementos, pois estavam numa dimensão de constantes mutações, o que os sentidos contínuos das formulações propostas hoje pareciam contradizer a experiência racional de ontem. Raban descreve tal

¹⁸BERMAN, M apud HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. p. 21.

¹⁹FRISBY, D. apud HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. p. 21.

²⁰ Ibid., p. 22.

²¹ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. p. 22.

aspecto da modernidade como “livro de rabiscos de um maníaco, cheio de itens coloridos que não têm nenhuma relação entre si, nenhum esquema determinante, racional ou econômico”²². Baseado nesta busca da coerência de sentido na identificação do eterno e imutável, os pensadores iluministas propuseram uma teoria filosófica para responder às indagações inerentes ao processo do sentido de modernidade.

A distinção institucional na modernidade faz surgir duas redes contextuais integradas, que resulta numa ação sistemática: o aparelho administrativo-jurídico estatal moderno e a economia. As ações nestas esferas são coordenadas através do dinheiro e do poder no qual existe uma linguagem de comunicação singular. A coordenação da ação atua através de um estado integrado socialmente e não sistematicamente. Esta integração social se dá nas esferas íntimo-privado e político/ pública.

A esfera pública e privada participam de igual forma na economia, política, e no sistema judiciário das sociedades atuais, ou seja, exerce o direito da cidadania. A esfera privada neste contexto se traduz ao que é exclusivo da intimidade da família nuclear. Podemos identificar diversas versões para a dicotomia entre o público e o privado, entretanto, cabe aqui mencionar que não há uma distinção simultânea ou paralela como ocorre entre sistema e a realidade.

Para a teoria feminista contemporânea a importância relativa ao público/privado é a interação destas esferas na constituição histórica da vida das mulheres nas sociedades capitalistas modernas. Ao ignorar que as entidades público/privada são dotadas de gênero, a sociedade moderna gera disfunções ocasionais, relegando à mulher a marginalização do processo de constituição histórica da realidade.

Essa distinção entre as esferas, público/privado, tem formado a concepção de razão e racionalidade presente nas instituições sociais modernas ocidentais. De acordo com a visão tradicional ocidental, razão é denominada do que é universal. Maria Markus, em sua obra “Mulheres, êxito e sociedade civil”²³, trata sobre aspectos dicotômicos entre privado/público. Em sua tese enfoca que as mulheres temem o sucesso profissional, tendo como base trabalhos experimentais realizados com engenheiras húngaras. Cita ainda que as mulheres usam como prioridade em suas vidas “as atividades de cuidar de crianças /e ou

²² RABAN, J. apud HARVEY, David, p. 22.

²³ MARKUS, Maria. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio de realização. In: BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos. 1987. p.15.

dona-de-casa, que não tem padrão socialmente estabelecido de excelência”²⁴. Essa certa indiferença ao lado profissional, estabelecido pela sociedade que se baseia na produtividade/remuneração, agrava ainda mais a condição social da mulher, pois relega-a a um baixo patamar dentro da estratificação profissional na sociedade, pois subjugava-a a uma dimensão onde a esfera pública e econômica não seja campo possível de sua atuação.

Este impasse pode ser solucionado através de um questionamento da uniformização e prescrição de aspirações de modos de vida e carreiras profissionais socialmente aceitas e recompensadas. A partir desta mudança, poderia redefinir o conceito de sucesso e incluir na vida pública padrões comportamentais tidos como típicos das mulheres, a exemplo a emocionalidade. Essa reconstituição da esfera pública se dá através de um público comprometido com princípios de igualdade, pluralidade e formas democráticas.

A dicotomia público/privado colocada como preceito de organização social e expressividade de razão e justiça, é inviável e nociva às mulheres, pois o resultado é uma mistificação das relações gênero-poder que constituem o subtexto da economia e do estado moderno. Há uma repressão silenciosa ao diferenciar o tratamento dado às mulheres sobre o aspecto público/privado que resulta na sua exclusão do sistema moderno. Enfim, suscitamos um questionamento, de que forma poderá as mulheres reconceituar as esferas do público/privado a ponto de proporcionar-lhes emancipação social em seus vários aspectos, bem como propor uma sociedade mais igualitária ?

Ao questionar a dicotomia público/privado, a teoria feminista entra em confronto com a teoria política liberal, pois para a mesma faz-se necessário manter princípios de direito e justiça individual a partir desta análise distintual. Os grupos de liberais da economia e liberais do bem estar provêm da mesma análise conceitual, a do eu como persona pública, por ser portador de direitos individuais. A sociedade é vista por esses grupos como um sistema constituído de dispositivos mutuamente lucrativo e discutem que o justo é prioritário ao bom. As concepções individuais de vida boa devem ser expostas distintivamente do sistema público de direito e justiça, ou seja, diferenciar a vida privada da dimensão pública e jurídica. Contudo, as feministas alegam que o pensamento político liberal mostra-se num sistema prioritário e irreconhecível devido às desigualdades hierárquicas nas origens da dicotomia apreciada pelo pensamento liberal. A identidade do

²⁴ MARKUS, M. apud BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade**, p. 111.

eu privado dotado de gênero prejudica o eu abstrato público devido a dimensão de dominação imposto pelo sistema. A idéia da sociedade como um sistema de dispositivo mutuamente vantajoso não recaiu sobre o pensamento político liberal para inserir a família como participativa de uma sociedade, assim sendo, uma instituição social, logo pública, em seus devidos aspectos.

A família,



não é apenas uma palavra-chave para os reacionários, para as mulheres, bem como para os homens, é o símbolo da última área onde se pode ter alguma esperança de controle sobre o seu próprio destino, de satisfazer as mais básicas necessidades humanas, de manter vivo aquele âmago de personalidade agora ameaçado pelas vastas instituições e pelas burocracias incontroláveis do governo e de companhias privadas²⁵.

A família continua num estado natural, obscuro aos olhos vedados do pensamento político liberal. O discernimento entre o certo e o bom determina o domínio da justiça pública de forma restritiva, pois os aspectos socioculturais das relações e interações de gênero ficam obscurecidos. A título de exemplificação, tomemos uma mulher caracterizada como “A mulher moderna, a mulher que denominamos celibatária, e filha do sistema econômico do grande capitalismo”²⁶, na qual sua dignidade tenha sido desrespeitada dentro do seu próprio lar, o que acontecerá a ela? possivelmente nada, pois esta visão do privado, na dimensão família-mulher, dotada de direitos, ainda está longe de ser universalmente aceita pelas democracias ocidentais, ou seja, a esfera privada sendo tratada de maneira indiferente pelas concepções de direito público são relegadas ao descaso e a violação dos direitos individuais ou coletivos no âmbito familiar.

[...] O tipo fundamental da mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico que atravessa a humanidade. [...] A mulher moderna como tipo não poderia aparecer a não ser com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado²⁷.

Diante da acusação de que a legislação pública tem sido omissa – em não distinguir o certo do bom, viola e priva as mulheres de interesses próprios, uma legislação

²⁵ RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. 3 ed. Brasília: CEGRAF c 1993. p. 139.

²⁶ KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1980. p. 13.

²⁷ KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**, p. 13.

incentivadora poderia permitir que a família, a mulher, adquirissem um contrato social na qual rege os direitos assegurados como na esfera pública, pois só a partir de uma legislação na dimensão da esfera privada, a mulher poderá manter seus direitos individuais, enquanto cidadã, dentro da instituição matrimonial e familiar.

Os liberais podem responder a tal acusação colocando que “todas as gradações de dano ao corpo da mulher contradizem a dignidade pública da pessoa como portadora de direitos, e devem ser combatidas mediante a revogação das concepções privadas do que é bom, em nome da justiça pública”²⁸. E prossegue na afirmação que é correto e “sábio que a legislação pública cesse à porta do quarto de dormir desde que, evidentemente, o consentimento das partes interessadas seja autêntico”²⁹. Não se deve menosprezar, nem tão pouco tomar como leviana a conciliação do pensamento político liberal em relação às exigências do movimento feminino, pois importantes reformas em benefício do movimento das mulheres foram adquiridas através de modificações na legislação à partir de pressupostos que achavam ser parte integrante do pensamento e da tradição liberal. Entretanto, o liberalismo se baseia em práticas legislativas, ele ignora as contrições sociais invisíveis que violam essas práticas, embora continuando a influir nelas. O ponto de vista liberal do eu como persona pública, não compreende a constituição psicosssexual do ser humano como um eu dotado de gênero, ao mesmo tempo, não enxerga o que trata as concepções contidas no subtexto do gênero de nossa sociedade. Sua área de maior atuação concentra-se na vida econômica e pública, obscurecendo de certa forma, as concepções de racionalidade, o que tornou o ponto de vista feminino irracional, particularístico, ou concretístico e trivial.

Os teóricos feministas citados neste estudo, bem como críticos comunitaristas do liberalismo, concordam em rejeitar a concepção do eu descompromissado (Taylor), ou mesmo de um sujeito desimpedido (Sandel), por acreditarem que esta visão é masculina, na medida que o isolamento e independência necessário aos indivíduos, jamais ocorreu às mulheres. Segundo Chodorow e Dinnerstein, teóricas feministas psicanalíticas, a dinâmica psicosssexual que constitui o gênero em nossas sociedades é resultante de “eus masculinos desimpedidos e eus femininos situados”³⁰. Seja na teoria psicanalítica feminista da constituição do gênero, seja na história sociocultural dos papéis dos gêneros e sua

²⁸ BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila. Introdução além da política do gênero. In: BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade**, p. 17-18.

²⁹ Ibid., p. 18

³⁰ BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila. **Feminismo como crítica da modernidade**, p. 19.

disposição, enquanto organização institucional, é evidente que exista uma convergência das críticas feministas e comunitaristas do eu desimpedido. As mulheres são sempre interpretadas como gênero, na qual são impostas certas identidades psicosssexual e cultural, ou seja, desaparecem por trás de sua persona social e comunal. As perspectivas feministas e comunitaristas diferem sob a conceituação do eu. Os comunitaristas acentuam a situação do eu desimpedido numa rede de relações e narrativas, os feministas iniciam com o eu situado, porém entrevêem uma renegociação de nossas identidades psicosssexuais e sua reconstituição autônoma pelos indivíduos como essencial para a liberação das mulheres e a liberação humana.

Ao enfatizar o caráter constitutivo dos papéis sociais alguns comunitaristas se identificam com o convencionalismo e o tradicionalismo por não destacar o eu dos seus papéis, aceitando os papéis sociais sem passar por uma apreciação, enquanto os feministas não aceitam tal posicionamento. Não se define o eu inteiramente pelos papéis que constituem sua identidade, mas não devem ser aceitos sem uma crítica aos papéis sociais. A proposta é originar novas formas pos-tradicionais de identidade de gênero, baseado em percepções que são particulares à experiência feminina.

Subentendemos que exista uma ligação fundamental entre a teoria feminista e a experiência singular das mulheres, enquanto mulheres, hipoteticamente não há problema em que a partir desta experiência feminina, ela possa ser identificada e então produza-se conclusões generalizáveis, baseado no gênero. A presunção de que exista uma experiência-de-ser-mulher, foi questionada pelas mulheres do terceiro mundo. A indagação dos feministas do terceiro mundo faz surgir a complexidade da natureza da identificação do gênero, e concomitantemente ilumina a identidade feminina/feminista.

A psicologia feminista, apresentou uma resposta provisória sobre a diferença entre os sexos. A partir de então, se defende a narrativa já exposta como identidade de gênero. Inicia-se a exposição do processo, no qual nos tornamos generalizáveis com uma citação de Simone de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado eu qualificam de feminino³¹.

³¹ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, p. 9.

Na concepção de Beauvoir a idéia de gênero ocorre dentro das relações sociais, é o que delimita a liberdade do ser desde seu início. O corpo da mulher é em si uma situação social e não um simples fato biológico.

Este estudo não busca solucionar este dilema, mas documentá-lo, demonstrando as variadas opções apresentadas pelas teorias e práticas do feminismo contemporâneo, na qual norteou o processo de desenvolvimento das mulheres do século XX, em especial as mulheres dos anos cinqüenta, por serem estas as que sofreram as influências de várias destas concepções, tratadas anteriormente em maior escala, devido ao já presente espírito globalizante da internacionalização das concepções direcionadas ao público feminino, através de vários veículos de informação e formação - jornais, cinema, revistas... e puderam, por circunstâncias oportunas dar o real e devido lugar à “mulher moderna” no cenário político, social, cultural e econômico da sociedade brasileira.

1.3 A economia como fator transformador da realidade social feminina.

No Brasil a crise do modelo agrário- exportador entre a década de 20 e 30 provocou o desencadeamento do processo de industrialização das estruturas produtivas. A nossa economia, que tinha por base as exportações, onde as crises são mais suscetíveis, dependiam das oscilações da política econômica internacional.

O quadro de agentes sociais que compuseram o nosso sistema econômico no início do século foram os empresários e financistas ligados ao setor agrário, os proprietários e operários industriais. Por trás do comércio de exportação, estavam vinculadas às empresas de capital estrangeiro, interessadas em basicamente garantir seus lucros através do preço de compra no Brasil e o preço de revenda nas importadoras internacionais. Desta situação resultou a disputa pela nascente industrialização, de um lado as empresas monopolistas, de outro as pequenas unidades de produção, que compunham o cenário necessário para um futuro processo de formação do parque industrial interno.

Não existia no Brasil, nesta fase, uma composição industrial coesa; a predominância vinha do setor agrário-exportador. Durante esta fase as preocupações giravam em torno da manutenção do sistema exportador, para isto era essencial defendê-lo das oscilações do mercado exterior, porque as exportações no início do séc. XX já se faziam imprescindíveis na economia nacional. A indústria de forma indireta foi beneficiada, pois a elevação dos produtos importados fomentava um estímulo à produção

nacional. Assim, encontramos como mola propulsora para o início da industrialização em meados da década de trinta, a importância dada as tarifas protecionistas através do mecanismo cambial.

O importante é ressaltar que os acontecimentos ocorridos durante a república velha, propiciou o surgimento da célula econômica capitalista na região sudeste e que após a II guerra mundial, o Brasil concebeu um modelo econômico de produção que integralizava tanto a atividade agrária quanto a industrial. A década de trinta foi palco essencial e imprescindível no desenrolar do processo industrial. As disposições tomadas frente a ameaça de uma nova crise produziu medidas protecionistas no Brasil em relação ao sistema global que geraram mudanças nas relações com o comércio exterior.

Foi necessário reagir com os elementos internos, como o emprego da mão-de-obra feminina disponível, que poderia ser aproveitada nesta nova realidade sócio-econômica.

A mulher neste cenário econômico das primeiras décadas do século XX pode participar timidamente da economia nacional, mas com o aumento da produção interna no setor industrial do país, foi possibilitada a sua entrada nas diversas profissões. A rápida urbanização e evolução industrial facilitaram às mudanças dentro dos lares, equipamentos domésticos como o fogão a gás, ferro de passar, geladeira e outros aparelhos elétricos facilitaram a jornada da mulher diminuindo o seu intenso trabalho dentro de casa, desta forma ganhou mais tempo para se cuidar. Concomitantemente, esta nova realidade contribuiu para o progresso econômico, social, educacional e político na vida dos homens. Foi a indústria a responsável por absorver um grande número de mão-de-obra feminina, que era requisitada por ser mais barata, seus salários em relação aos dos homens eram inferiores.

As mulheres que tinham um poder aquisitivo mais elevado entraram no mercado de trabalho a partir das profissões liberais, muitas começaram a trabalhar por necessidade e outras por vontade própria, pois no decorrer do processo industrial do país houve muitas transformações na área social. As mulheres começaram a reivindicar um papel mais participativo na sociedade e ousaram mais do que sua época era capaz de conceber. Muitas delas impregnadas de informações que vinham até elas através do rádio, jornal e do cinema, assimilaram estes novos preceitos advindos da modernidade pelo qual todas as pessoas estavam sendo influenciadas no mundo. Com seus salários podiam comprar produtos que eram próprios do seu universo feminino, que com o tempo se diversificaram em várias opções e possibilitaram um aquecimento na economia de um setor direcionado

às mulheres como exemplo, citamos o segmento responsável por produtos de beleza que foram cada vez mais consumidos, pois o belo sexo acompanhava as tendências mais modernas, provenientes do exterior.

A mulher de classe média começou a investir em qualificação profissional para adquirir emprego fora do lar; começou com a igualdade de instrução nas escolas - anteriormente o ensino era diferenciado - e a preparação para as profissões eram pertencentes apenas aos homens, no qual os habilitavam às profissões liberais. A partir de então, as mulheres não pararam mais, o trabalho fora do lar deixa de ser visto como uma desgraça, aumentando as profissões de enfermeiras, professoras, comerciárias, datilógrafas entre outras... Contudo, muitas vezes se levantam, ainda, contra o trabalho feminino em plena República Nova. A revista *A Cigarra* divulga em 1931 uma conferência pronunciada pelo Dr. Fernando de Magalhães, afirmando que “a natureza é contrária à participação ativa da mulher na vida pública, porque a destinou a ser esposa e mãe”³².

Entretanto, as mulheres continuam a perseguir seus ideais, e em Recife no ano de 1931, é formada a Cruzada Feminista Brasileira que juntamente com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada por Berta Lutz em 1922, defende o direito do voto feminino, e em 1932 quando marcada as eleições para a assembléia constituinte é aceito pelo governo provisório da república. O estado do Rio Grande do Norte sai na frente em relação ao voto feminino, pois em 1928, são permitidos o voto e a candidatura do sexo frágil e neste mesmo ano, Alzira Soriano é empossada como prefeita de Lajes, tornando-se a primeira prefeita da América do Sul.

A constituinte de 1934 veio a ratificar alguns direitos conquistados em 1932 e a somar com outros como a regulamentação do trabalho feminino, estabelecendo igualdade entre homens e mulheres:

sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 horas da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante um período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulheres grávidas pelo simples fato da gravidez³³.

No entanto, a realidade não era condizente com os direitos adquiridos, pois as mulheres recebiam bem menos que os homens, seus salários eram iguais aos pagos às

³² *Nosso Século – 1940-1950*. São Paulo: Abril Cultura, 1985. p. 126.

³³ *Ibid.*, 128.

crianças, pois alegavam que o trabalho fácil, feito por mulheres e crianças, estava bem pago com uma remuneração inferior ao trabalho masculino.

A vida social sofreu uma enorme influência com o cinema, principalmente os filmes hollywoodianos, provocando mudanças intrínsecas nas concepções da classe média urbana. A construção do modelo ideal do masculino e feminino passa a ser diretamente pautada nos padrões veiculados pelo cinema americano.

Os padrões morais modificaram-se abruptamente, pode-se verificar na moda feminina uma maior ousadia no vestuário de moda praia, os maillots, expondo a nudez cada vez mais crescente, ombros e coxas agora eram vistos sem causar maiores espantos. As mulheres conseguiram obter maior espaço em diversos setores de suas vidas, contudo existiam ainda algumas abordagens que as mulheres não tinham coragem de defender – o divórcio era um deles, pois eram assuntos que causavam estigmas nas mulheres mais ousadas que resolvessem encarar tal assunto. A indústria têxtil, comércio e a publicidade nos anos trinta, viram a mulher como uma consumidora em potencial, pois com a expansão feminista muitas mulheres trabalhavam, podiam adquirir mais produtos direcionados ao universo feminino. A moda então, foi bastante intensificada pelas inovações provenientes da Europa e dos Estados Unidos. As novas tendências tinham seu público seletivo de mulheres que consumiam estes novos produtos, mexiam com a vida social destas senhoras e formavam novos padrões sociais.

Nas roupas femininas refletiam o estilo parisiense, e na maquiagem as inovações Norte-americanas. A modelagem por ser dinâmica, é bastante substituída, as confecções mudam de acordo com a estação, ou seja, o tradicional vestuário preto e branco torna-se ultrapassado, surgem os novos tons para demonstrar o novo universo feminino. As variações de modelos, tonalidades e cortes, ou seja, as mudanças de estilo obedecem a uma necessidade de variar a forma feminina, afim de exibir em momentos diversos diferentes partes do corpo, e, assim, aumentar o poder de atração sobre o sexo oposto.

Após a primeira guerra mundial, as mulheres que dela participaram ditam a nova moda dos cabelos curtos e chegam aos anos trinta com força total. Os trajes de gala adquirem um novo corte, são mais ousados, as costas aparecem, aumentam-se os decotes, e isto exige mais do Belo sexo, adquirem uma nova silhueta, é necessário para os novos padrões de beleza, um corpo frágil delicado e esguio; o atletismo era a novidade que os novos atributos femininos exigiam, a diminuição do busto e do quadril.

O cinema americano mostra a beleza das divas como Greta Garbo, Glória Swanson, e Joan Crawford, tão admiradas pelas mulheres, todo o glamour requer um cuidado especial no qual as mulheres tentam obter com os novos produtos de maquiagem como: batom, rouge, pó-de-arroz, e a grande novidade, no início dos anos quarenta, o uso do batom para aumentar o contorno da boca, e o uso do pan cake make-up, pó compacto que aplicado com água sobre o rosto, faz às vezes de base.

A década de quarenta para as mulheres foi bastante significativa, pois as atenções da sociedade em geral estavam voltadas para a Segunda guerra mundial, esta catástrofe bélica tornou possível uma maior abertura política, social e econômica para a inserção da mulher na vida pública. No final da Segunda guerra a economia nacional teve uma queda abrupta de produção e de investimentos. Muitas mulheres que participavam ativamente da economia foram dispensadas de suas funções, mas não desistiram de lutar por melhores posições, ousaram exigir uma participação maior na sociedade, pois haviam dado a sua parcela de contribuição para o seu país na fase que ele tanto necessitou e neste momento queriam um retorno. No final desta década existia um número significativo de mulheres que não mais concebiam retornar as funções pertencentes às prendas do lar. A característica deste período foi a consolidação das vitórias conquistadas e uma intensa busca pelos seus direitos políticos.

2 A MULHER DOS ANOS DOURADOS: A IMAGEM IDEAL DE MULHER MODERNA PERANTE A SOCIEDADE TRADICIONALISTA.



Imagem matrimonial do ano de 1952

As mulheres dos anos 50 tinham um papel significativo dentro da família para a sociedade. Seus esforços eram voltados para manter a unidade familiar em perfeita harmonia.

As mulheres desta época viam-se cercadas de considerações a respeito de si mesmas, feitas pela sociedade em geral. Mas, podemos notar a influência do pensamento da sociedade a respeito do comportamento adequado para as mulheres em jornais e revistas direcionadas ao gênero feminino. Por exemplo, um jornal da época, “que constitui a fonte mais rica, a que esposa [sic] as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a doutrina e os fatos”³⁴, publicou o teste de bom senso, para as moças que quisessem manter seus casamentos e os conselhos apregoados nestas publicações eram considerações politicamente corretas para toda a sociedade dos anos dourados, influenciando suas atitudes e escolhas diante de uma realidade que atendessem às expectativas sociais.

Nos anos 50 no Brasil, houve um avanço econômico e ascensão da classe média. O processo industrial se expandiu, e da mesma maneira, ou em consequência, a urbanização das cidades em crescimento acelerado foi uma nova realidade. Estes fatores propiciaram o surgimento de uma nova mentalidade social, desde mudanças na política e economia, o acesso ao lazer e informações distintas, a educação que abria novas portas e possibilidades de geração de empregos, e a incipiente competitividade entre homens e mulheres no campo das profissões. Todavia, as distinções eram claras e nítidas quanto aos papéis do homem e da mulher. A moralidade em relação a sexualidade era diferenciada, assim como o papel da mulher em relação ao trabalho, pois eram as mulheres de qualquer forma subordinadas aos homens, o chefe da casa.

Apesar do Brasil, a sua maneira, ter acompanhado as mudanças internacionais em relação às mulheres, com o fim da 2ª guerra mundial, o papel a elas atribuído no tocante aos empregos e sua mão-de-obra, havia para os homens cumprido o seu papel de manter provisoriamente a economia e deveriam agora voltar a sua vida anterior, ou seja, cuidar apenas do lar. A idealização feita de uma mulher perfeita era definida a partir da tradição, ou seja, uma mulher que vive para as prendas do lar, do cuidado e bom trato com os filhos e marido e que portassem características como próprio da feminilidade: pureza, resignação, instinto materno e a amabilidade. Esta realidade dos padrões morais vigentes favorecia a

³⁴ WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**, p. 282.

liberdade masculina, e em contra partida, restringia a sexualidade feminina às convenções tradicionais que regia o matrimônio.

Os jornais e revistas femininas do período, mais que demonstrar as concessões estabelecidas pela sociedade, formavam as regras de como se portar, diferenciavam a postura do homem e da mulher, demonstrando em suas edições, fotos, comentários, sobre a família perfeita, os valores e o papel do homem e da mulher dentro da instituição que é a família. Os jornais e revistas mais famosos e direcionados a assuntos femininos eram: *Jornal das Moças*, *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você*, *As seções para Mulher de O Cruzeiro*.



A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere³⁵.

Todos os jornais da época mostravam o modelo de família ideal e os papéis definidos. Estabeleciam as regras comportamentais da juventude feminina, promoviam os valores de classe, gênero e raças. As informações contidas nos editoriais eram as companheiras de lazer das moças. A ideologia dos anos dourados à respeito das mulheres é que a verdadeira e única vocação era ser esposa, mãe, dona do lar. Era considerado pela sociedade como natural e incontestável.

Aos homens, o espírito aventureiro, a força, a busca de crescimento profissional, eram próprios da masculinidade e assim inerente ao seu universo. O casamento era considerado como ápice da realização feminina, era o objetivo, as meninas eram preparadas prematuramente para tal realidade e aquelas que iam contra os padrões aceitáveis da sociedade, estavam contra sua própria natureza. Os requisitos básicos eram as prendas do lar, necessárias no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. Os veículos de comunicação voltados ao público feminino dos anos 50 divulgavam um modelo que preconizava para as mulheres o casamento, a maternidade e os afazeres domésticos como destino natural e inexorável. As jovens dos anos dourados eram classificadas pelas revistas e jornais da época como moças de família ou moças levianas. As primeiras eram aquelas dotadas de moral e com certeza adquiririam um casamento e

³⁵ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980, p.19.

seriam a rainha do lar; as levianas eram aquelas mais ousadas, por permitir certas intimidades que para a época era inadmissível. Elas eram o meio termo entre moça de família e as prostitutas, de acordo com a classificação da sociedade. As moças de família deveriam manter-se virgens, um requisito essencial para o matrimônio; se comportar comedidamente em público, ou seja, não deveriam se desviar do bom caminho e a vigilância para tal era constante.

Alguns conservadores criticavam as revistas, jornais, livros e o cinema americano por exporem hábitos diferentes dos padrões da sociedade brasileira, condenavam estas más influências que incentivavam as moças a serem mais ousadas e cheias de atitudes. Os pais ao mesmo tempo que controlavam a vida de suas filhas, não podiam deixá-las sem conhecer nenhum rapaz, pois o casamento sem afeto estava fora de contexto e com o passar do tempo filhas encalhadas eram um peso econômico, ao mesmo tempo, deixar que suas filhas conhecessem muitos rapazes as deixariam faladas e corriam o risco da denominação de levianas. O caminho para adquirirem um bom casamento sem este perigo era bem estreito, tendo as moças que distinguir o certo do errado. O modelo aceitável pela sociedade nos anos 50 da moça ideal para casar, era conhecido por todos, suas características podiam variar um pouco, de acordo com a região e a classe social... mas eram padrões preestabelecidos.

A moral pregada às moças era baseada na virtude, o que distorcia a educação sexual que praticamente não existia, a assimilação em respeito a tal assunto as mantinham na mais completa ignorância sexual. Aos homens as relações sexuais eram permitidas e estimuladas, pois estas experiências serviam como indicadores da virilidade masculina. As moças que mantinham relações sexuais com os rapazes, as prostitutas, tinham um certo papel, ou seja, de manter a noiva virgem para o bom rapaz. As moças defloradas, tinham que manter este seu mau passo em segredo caso quisessem conseguir um casamento. Vários garotos tinham dificuldades em admitir que suas namoradas tivessem atitudes mais liberais, principalmente se já tivessem tido outro relacionamento, pois acreditavam que tivessem praticado liberdades com o namorado anterior. Os noivos, caso descobrissem que suas esposas não eram virgens e que os haviam enganado, podiam contar com o aparato legal, pois o código civil possibilitava a anulação do casamento e punições legais por ter havido induzimento por parte das noivas. Estes valores impostos pela sociedade machista favoreciam a hegemonia do poder masculino sobre as mulheres, por regular a sexualidade

e propiciar a desigualdade social, pois a busca pelo sexo fácil era conseguido com as mulheres pobres que dependiam desta forma de vida para sobreviverem.

As mulheres dos anos dourados tinham que ter muito cuidado ao enamorar-se por um rapaz, pois ao mesmo tempo que elas queriam expressar suas intenções para com o enamorado, elas não podiam ser tão óbvias, ou seja o flerte deveria ser disfarçado através de gracejos para encobrir e disfarçar uma certa dose de sensualidade, que caso identificada, poderia manchar sua reputação. Tal atitude era condenável, pois revelava uma iniciativa feminina no qual era apenas aceitável aos homens. Na época ouvia-se dizer que era necessário que as moças compreendessem que o que tem valor não se oferece. Mas não casar para uma moça desta época era o mesmo que fracassar socialmente, assim elas usavam gestos e formas sutis para fazer com que os rapazes acreditassem que a escolha havia sido deles e não delas. A moça de família deveria aparentar ao rapaz que a iniciativa havia partido dele e não o contrário.

Muitas mulheres por ter uma certa orientação sobre os homens, souberam utilizar as regras do jogo ao seu favor e não foram tão passivas, outras agiam de forma mais explícita, ou para arranjar ou para dispensar um pretendente. Contudo, o que elas não poderiam deixar de frisar de imediato aos homens era que eram moças de família e que não permitiam atitudes condenáveis, pois assim indicavam aos rapazes que eram moças pra casar. Existiam regras de conduta para as moças que almejavam o casamento: elas não podiam sair sozinhas, de preferência levar alguém da família, os conhecidos seguram vela; não abusar de bebidas; não podiam rir demais, tinham que ser comedidas, pois um passo errado e seriam consideradas como levianas. O que contava na verdade eram as aparências e as regras do jogo.

“As garotas que permitem liberdades que jamais deveriam ser consentidas por alguém que se preze em sua dignidade acabam sendo dispensadas e esquecidas, pois o rapaz não se lembrará da moça a não ser pelas liberdades concedidas”³⁶. As mulheres tinham que ter muito cuidado com os aproveitadores, ou seja, os mulherengos, e assim que identificados deveriam ser evitados, pois o ideal era um rapaz de bom caráter que jamais passaria dos limites, e caso acontecesse, a sociedade passaria por cima deste detalhe alegando ser da natureza masculina.

³⁶BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del(Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 615.

O período do namoro era uma etapa importantíssima para o casamento por ser o preparatório do matrimônio. Servia como um tempo para o casal se conhecer, bem como seus familiares. A namorada deveria mostrar suas prendas, demonstrar ser amável e recatada, estas eram as características para uma honesta e futura boa esposa. O namorado deveria mostrar-se interessado, comprometido com suas intenções e não apenas aproveitar-se da moça. A família do rapaz demonstrava não querer uma qualquer que comprometesse o sobrenome do rapaz e a família da moça estava disposta a defender a honra da senhorita, pois a reputação dos pais das moças estavam dependentes da boa reputação das filhas. Os casamentos não eram mais arranjados pelos pais, mas um bom casamento deveria passar pela aprovação familiar. O critério principal era se o rapaz era um bom partido, trabalhador, honesto, era o consenso de toda a sociedade, pois para ter um bom casamento só o amor não era tudo, a família não concebia a idéia de um amor e uma cabana.

Existiam várias barreiras para uma união que estivesse fora dos padrões, uma delas era o preconceito social. A partir de uma união de diferentes classes, ou estabelecidas em cima de dificuldades financeiras, estes matrimônios eram mal vistos. Só o amor no contexto social não bastava, o amor só seria aceitável se não rompesse com o modelo convencional. O amor verdadeiro era o que tinha por base o juízo e a razão. As relações fora dos padrões para a sociedade não eram digno nem de pena, apenas de censura. O namoro tinha um tempo mais ou menos determinado, pois não podia demorar muito por acharem que o rapaz estivesse enrolando a moça, nem ser tão rápido, poderiam interpretar como um deslize da moça.

A opinião pública tinha um forte peso nas relações e induzia as decisões das pessoas. O noivado era meio passo para o casório, era um preparativo para o casal, onde poderiam tornar-se mais íntimos, mas cabia a moça conter as investidas mais fogosas de seus noivos, pois caso cedessem o que tinham de mais desejável, provavelmente perderiam o noivo. Uma moça encalhada devido a tal situação não teria a liberdade sexual como os homens e teriam que ser sustentada pela família, que a partir de então, as viam como um infortúnio, um peso nos bolsos da família, pois haviam relegado o ideal e dever de toda mulher, o casamento e de seu sustento ser custeado pelo marido.

Os padrões sociais eram relevantes em todos os aspectos da vida das pessoas, a idade era algo de peso, pois uma moça solteira com mais de vinte cinco anos, era considerada solteirona, sofria constrangimentos pela sua situação. Já os homens com trinta

anos por exemplo, com estabilidade financeira, solteiros, eram considerados como bom partido.

A pureza era um estado apreciável e intocável nas moças dos anos dourados, e como tal far-se-ia o possível e impossível pela sua manutenção. Assim as informações sobre sexualidade eram clandestinas e quando chegavam ao conhecimento das moças, eram marcadas por silêncios, sussurros, censuras e preconceitos. Aos próprios rapazes eram difíceis maiores esclarecimentos. Após a primeira metade do séc. XX vários profissionais de diferentes profissões, inclusive pais, se empenharam em defender publicamente pela orientação sexual para evitar desastres como gravidez não desejada e outras situações. Não era uma abertura sexual pelo prazer, não, os padrões morais continuavam, na realidade era um meio a facilitar a vida matrimonial e a procriação. Os artigos de revistas, jornais e manuais mais populares não falavam de prazer e sim em enfrentar a realidade, obrigações da vida conjugal, ou seja não relacionava estas situações à palavra sexo, que induzia, ou indicava o prazer carnal. Outras palavras como virgindade, relação sexual e outras eram ousadas demais para a época.

A revista mais ousada a ponto de publicar algo como contato físico foi a Querida, mas outras não chegaram a tanto, usavam subterfúgios para amenizar o assunto como: liberdades, intimidades. No entanto as informações chegavam de forma evasiva, sendo estas palavras não ditas, colhidas aqui, acolá. Desta forma, o sexo por parte das mulheres antes ou fora do casamento era praticamente impossível, pois temia uma gravidez indesejada, ou mesmo por não conseguirem um casamento. As mudanças em relação a sexualidade feminina e o uso do seu corpo como bem quisessem, teve impulso nas décadas seguintes com a popularização da pílula no Brasil.

A urbanização repercutiu diretamente na forma de convivência social entre as pessoas, tornou-se mais sofisticada nas cidades e com maiores atrativos, o que facilitava a partir de então o contato entre pessoas da mesma faixa etária, inclusive jovens, visto que diversificou os programas para todos os gostos e idades. Isto fez com que os jovens se aproximassem mais e adquirissem uma certa identidade social, o que facilitava a ausência maior dos adultos no meio juvenil.

Os filmes norte-americanos incentivavam uma maior abertura à modernidade, aos jovens que assimilavam rapidamente estes novos ares. Os namoros, ainda que discretos, tornaram-se mais íntimos e as manifestações de carinho eram mais presentes e notórias. A partir de então os filmes incentivaram a juventude à prática do beijo e a manifestação do

afeto das moças aos seus namorados. As revistas e jornais que eram voltadas para a família repudiavam tal modernidade, como os filmes norte-americanos, o rock n roll e outros eventos moderninhos. Davam maior ênfase as diversões tradicionais, tipo a brotolândia³⁷... As revistas mais ligadas e direcionadas à família demonstravam preocupação pela mudança dos hábitos juvenis e pela rebeldia: “meninos e meninas que bebem cuba livre, freqüentam Snack bar em Copacabana, usam blusa vermelha e blue jeans, mentem para os pais...não tem base para construir um lar”³⁸.

Por maiores e mais presentes que fossem as advertências, as regras estabelecidas não foram suficientes para conter a rebeldia das moças que experimentavam de inovações como fumar , ler conteúdos proibidos e até mesmo de praticarem sexo antes do matrimônio. Muitas puderam escapar das conseqüências, ou por tomarem precauções ou pela família ter intervindo. Já outras foram estigmatizadas pela sociedade devido ao seu mau passo e espírito leviano. Seja de qualquer forma, todas contribuíram para a ampliação do universo feminino.

Na década de 50 cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, o que aumentou o status social das mulheres. Estas mudanças propiciaram um melhoramento na escolaridade feminina, para atender a qualificação exigida pelo mercado de trabalho, desta forma a remuneração teve um pequeno aumento em relação a anos passados e as mulheres com uma profissão especializada foram mais solicitadas. Todavia, os preconceitos ainda rondavam, principalmente a incompatibilidade da mulher profissional e esposa, mãe de família, no imaginário masculino. Várias alegações eram feitas para que as mulheres não trabalhassem como: deixaria de lado os afazeres domésticos, perderiam a feminilidade, perda da proteção, respeito e sustentabilidade por parte dos homens.

As revistas femininas alertaram as mulheres sobre as alegações masculinas e apelaram para que as mulheres não descuidassem do lar e de si próprias. As mulheres de classe média em geral trabalhavam apenas por necessidade, o que envergonhava o chefe da casa. As que tinham alguma condição, trabalhavam até o nascimento do primeiro filho,

³⁷ Brotolândia era um termo usado para determinar as pessoas que compunham um grupo, onde visavam o apreço ao amor e aos estudos.p.622.

³⁸BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del(Org.) **História das mulheres no Brasil**. p. 622.

após dedicavam-se ao lar. O que se esperava era que se dedicassem à casa e fossem retiradas da rua. As mulheres que não tinham esta visão tradicional sofriam conflitos por quererem uma certa independência e satisfazer desejos pessoais como consumo de diferentes produtos e artigos que os maridos não as proporcionavam. A busca pela escolaridade cresceu na década de 50, isto não indicava que seriam estas mulheres novas profissionais atuantes, mas buscavam mais informações e cultura geral, antes concedida aos homens. Houve um crescimento das mulheres nos cursos superiores, porém a distinção social continuava entre a capacidade profissional dos homens em relação às mulheres.

As mulheres cultas eram evitadas pelos rapazes, pois achavam que seria menos fácil a felicidade reinar no matrimônio, mas devido ao crescente acesso à educação a visão tradicional usou de uma linguagem mais amena para consentir esta nova realidade, pois atestaram que seria mais instrutivo para a educação dos filhos.

A união conjugal estava baseada numa hierarquia social bem conhecida por todos. Os direitos e deveres dentro do casamento eram passados no decorrer da formação dos filhos. O homem era o chefe, que detinha o poder dentro do lar, o qual era responsável pelo sustento da esposa e filhos. A mulher vinha abaixo e todas as tarefas do lar ficavam por sua conta, a própria sociedade impunha como tal e era legalizado pela visão tradicional e difundida pelos meios de comunicação. A mulher não tinha o direito de exigir a participação do marido nos serviços do lar, pois poderia abalar a sociedade conjugal. Era aceitável a troca de idéias entre os cônjuges, mas a decisão final era do homem, bem como o direcionamento familiar.

A esposa era considerada a rainha do lar, a principal peça na condução e manutenção da felicidade da família. Este atributo à mulher encarcerava-a apenas à vida familiar, e sua dependência conjugal. A felicidade do marido era o ponto principal no seio familiar e a felicidade da esposa era mensurada através do esposo. Para manter a felicidade matrimonial existiam alguns ingredientes passados pelos jornais e revistas como: ser prendada, ter uma boa reputação e ser capaz de fazer um homem feliz; a mulher não podia mais ter as liberdades de solteira, como passear com amigos, nem se ausentar por muito tempo do lar, não podia ser muito vaidosa a ponto de chamar atenção e gerar ciúmes no marido, mas tinha que cuidar da aparência com sobriedade, ser econômica, ser boa companheira, agradável, manter o bom humor e a integridade familiar.

A mulher culta era aconselhada a ajudar o marido sem que o fizesse sentir-se inferior. A boa esposa não deveria discutir, queixar-se e exigir atenção, atitudes vistas pela

sociedade como própria do gênero feminino. A insatisfação das mulheres era mal vista, no geral era desqualificada pela sociedade. As brigas, quando eram citadas nos veículos de comunicação, eram para colocar os maridos como vítimas e a eles era dada toda a razão. Quando as mulheres tinham razão, aconselhavam-nas a resignar-se em nome da felicidade do lar, ou seja, as mulheres eram desestimuladas a fazerem suas vontades. Elas teriam que usar de estratégias sutis para conseguir algo, aplicar o jeitinho feminino. As artimanhas eram a saída estratégica aceita pelas revistas contra as discussões, pois o diálogo era algo quase inexistente. O poder no matrimônio deveria estar sob controle dos homens. Eles não gostavam das mulheres dominadoras e sim as extremamente dóceis e femininas.

O maior medo das mulheres era a ameaça pavorosa da separação, pois não era só a perda do esposo, do provedor financeiro e do status social, mas também de tornarem-se mal faladas, ou seja, o casamento tinha que permanecer firme a qualquer custo. A sociedade machista colocava regras coercitivas às mulheres, das quais o marido insatisfeito matrimonialmente tinha o direito de buscar a harmonia fora do lar. Culpava-se a mulher queixosa e dominadora pelo descaso e infidelidade do marido. Para os homens o lema dos anos 50 era liberdade para os homens. As mulheres deveriam consentir, relevar e permitir tudo pela estabilidade conjugal. As regras sociais eram totalmente complacentes com os homens e suas liberdades, visto como algo passageiro, suas aventuras extra conjugais, resignavam as mulheres a acreditarem que eles se tornariam pais de família exemplares. Esta tese tinha por base o argumento que as liberdades masculinas eram próprias dos homens, devido as suas diferentes necessidades sexuais.

A felicidade conjugal tinha por base o bem estar doméstico e não a afinidade sexual. Frente as regras sociais, isto era indiferente em termos de realização e mesmo de comentário a respeito. A escassez é por completo sobre o desempenho sexual, não citado pelos jornais e revistas da época. O que se visava era a ênfase às prendas domésticas. Houve apenas uma sugestão sutil por parte da revista Querida ao divulgar em uma de suas edições, que as mulheres independentes e mais esclarecidas tinham mais interesse pela satisfação física.

Os direitos femininos pelo prazer sexual foram relegados a décadas posteriores, pois o silêncio reinava nos anos dourados sobre o assunto. Todavia, mesmo que não tão expostos pelos periódicos, vários conflitos se deram sobre a infelicidade conjugal, prova maior foi o crescente índice de separações e o aumento de conselhos de mães infelizes sobre seus casamentos às filhas.

O controle de natalidade era praticado na década de 50. Contudo não eram mencionados nas revistas ou jornais, era algo ilícito aos padrões da boa moral e dos bons costumes. Os métodos contraceptivos eram o uso de preservativos, coito interrompido, o controle de natalidade e outros, com base em produtos naturais. Todavia a mulher devia ter filhos, pois era a obrigação social a sagrada missão feminina. A maternidade apenas era aceita no âmbito do matrimônio, reconhecida legalmente. Os filhos ilegítimos eram apontados pela sociedade e estigmatizados. A mãe solteira como forma de minimizar seu mau passo deveria viver apenas em função do filho.

A infidelidade feminina era algo do qual não havia justificativa, muito menos aceitável. Para aqueles casos comprovados, o homem lavava sua honra ferida pela mulher, de formas violentas, às vezes chegando a crime passional, estes crimes eram comumente perdoados pela lei. O marido que não reagisse era chamado de complacente para não qualificar com outros adjetivos, era visto como uma grande humilhação. Nos casos mais racionais a separação era algo iminente, as mães eram consideradas incapazes de educar seus filhos. Não era comum este assunto na imprensa, remotamente aparecia como maneira explicativa, jamais justificada para não induzir outras situações. A imprensa escrita aconselhava as esposas a manterem-se fiéis, mesmo seus esposos sendo indignos, pois a aventura extra conjugal não compensava, por ser o prazer enganoso e fortuito. Já a infidelidade masculina era vista como fraqueza e a mulher deveria ser condescendente para manter a integridade conjugal.

A repulsa e revolta das esposas deveriam se direcionar à outra. As boas esposas mantinham seu lar em harmonia, se comportariam amáveis, afáveis, para reconquistar o marido, pois as aventuras masculinas eram vistas pelas regras do jogo como irrelevantes e para elas os maridos sempre voltam. Estes assuntos eram poucos abordados pelas revistas e jornais direcionados ao público feminino, apenas em décadas seguintes esta prática da moral sexual dupla seria citada.

O desquite era a única forma de separação oficial, no entanto não permitia novas uniões. As mulheres que viviam concubinas eram alvo do preconceito da sociedade. Eram exemplos de má conduta para as bem casadas que não podiam manter contato, eram estigmatizadas. Aquelas que quisessem manter a guarda dos filhos deveriam abdicar de sua vida afetiva e sexual. Aos homens desquitados todas as convenções sociais eram mais amenas. Podiam manter outros relacionamentos sem degenerar sua reputação. O direito a uma segunda chance era bem mais visto do que o divórcio. Entretanto ele era debatido,

pois era uma realidade. O divórcio passou a ser lei apenas em 1970, pois existiam muitos preconceitos a respeito. Os argumentos das publicações femininas impressionavam mais as mulheres contra o divórcio, pois elas tinham muito mais a perder. Os religiosos também lutavam contra este veneno que ia de encontro à estabilidade conjugal. Mas o censo da década de 40 a 60 demonstrou um crescente índice de separação, porém, também de uniões provenientes de uma das partes divorciadas na tentativa de legitimar suas situações e atenuar a contestação social.

Ainda hoje notamos certos resquícios dos padrões sociais dos anos dourados, mas muito foi superado, a ponto de causar estranheza certos costumes dos anos 50. Atribuimos estas transformações sociais a vários fatores que nos demonstram e explicam estas mudanças. Todavia não podemos deixar de lado as pessoas que fizeram de suas vidas um depoimento concreto destas quebras de valores e padrões sociais, que deram uma nova tonalidade aos anos vindouros.

3 A VOZ DO JORNAL A ORDEM: O DISCURSO CONSERVADOR DO JORNAL CATÓLICO DE NATAL EM RELAÇÃO À MULHER MODERNA.



História das Mulheres no Brasil. Imagem de uma noiva de época. p.661.



No início da década de 50 houve uma série de transformações na vida das mulheres em especial no campo político-social. As informações que chegavam ao conhecimento das mais interessadas – às mulheres – davam-se através dos jornais locais e das revistas.

Cada editorial continham seu caráter ideológico e nenhum jornal de época demonstrou com tamanha veemência o seu ponto de vista como o jornal católico *A Ordem*³⁹, extremamente conservador, como tal prezava a moral, os bons costumes e era contra as mudanças, principalmente àquelas que vieram a mudar os conceitos sociais preestabelecidos, e que de certa maneira afrontavam as concepções religiosas imposta pelo catolicismo local.

As personalidades que melhor puderam traduzir o cunho ideológico do jornal *A Ordem* nas suas linhas escritas foram os jornalistas Otto Guerra e o colunista que assinava os artigos escritos na coluna *Casos e Coisas* de codinome M. de A. Suas publicações faziam parte de um jornalismo de serviço, muito mais voltado para os temas tradicionais, mas sempre que necessário ligado ao público feminino. O editorial principal ficava a cargo de Otto Guerra, e como citado anteriormente, o colunista M. de A. dedicava-se à sua coluna social.

Suas matérias são chamadas, no jargão jornalístico, de “frias”: matérias que não têm uma data exata para a sua publicação, que tanto podem aparecer hoje como daqui a duas semanas, ou serem retomadas, com leves alterações, na estação seguinte. Essa opção enfatiza o caráter ideológico das publicações, no sentido de que mantêm as estruturas que tradicionalmente condicionam os papéis femininos na sociedade⁴⁰.

Os assuntos abordados eram os mais variados possíveis, suas publicações eram as notícias do cotidiano da cidade, e como tal, envolviam o público feminino, pois “a mulher tenta impor uma persona pública até então considerada inaceitável pela sociedade”⁴¹.

Aos olhos deste jornal tão conservador ainda continuava inaceitável padrões sociais que fugiam à regra da sociedade local, contudo não podiam ocultar à realidade e

³⁹ O Jornal “*A Ordem*” é editado pela Cúria de Natal. Auto-intitulava-se “*Jornal da Família Católica*”. Circulou da década de 1930 a 1970. Voltou a circular na década de 1990 e continua até os dias atuais. Os artigos de sua primeira versão eram escritos por padres e teólogos do Rio Grande do Norte e de diversas partes do Brasil. Publicava artigos e seções de outros jornais do país, principalmente os que se afinavam com o conteúdo do jornal. Informava sobre acontecimentos locais, nacionais e internacionais.

⁴⁰ CAVALCANTE, Ilane Ferreira. **Faces de mulher no Brasil das décadas de 1960 e 1970**. 2002. p. 85. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

⁴¹ Ibid.

combatiam através de suas publicações que continham substantivos e adjetivos próprios ao público feminino.

Temas abordados na época, devido ao grau de relevância social, como Modernismo, Feminismo eram alvos do jornal A Ordem para dar a sua conotação ideológica sobre os assuntos referidos na tentativa de induzir seu público, em especial às mulheres, a não reconhecerem estes temas como relevantes para si, nem tão pouco para usarem destas concepções contidas como ideais para os novos rumos que a sociedade se direcionava, davam um tom reprimível a tudo que girava em torno destas temáticas e quando não o faziam abertamente, usavam certas palavras que induziam ao leitor a identificar como impermissível ou mesmo tolerável dentro de alguns critérios sociais. A exemplo desta assertiva temos a coluna Casos e Coisas com o tema Modernismo?... publicado em 13 de março de 1951, assinado por M. de A., consecutivamente Feminismo, publicado em 20 de março de 1951, assinado por Otto Guerra :

A Ordem, ANO XVI - N.º 4537 – Natal/RN, terça-feira, 13/03/1951.

CASOS E COISAS

||

MODERNISMO?...

Há, em todo o mundo uma tendência para o modernismo exagerado, que na opinião dos que o seguem é o tal existencialismo...

Essa falta de compostura, que para falarmos francamente merece ser chamado pelo termo próprio – falta de vergonha, - está penetrando em nosso país, principalmente no seio da mocidade que vive apenas para as coisas mundanas, sem qualquer sentimentos nobres ou espirituais. Para uma grande maioria, infelizmente, tais sentimentos são coisas caducas, passadistas...

Se o progresso absorvente das grandes metrópoles concorre para tal situação, também ajudam a sua propagação a má imprensa, o cinema pernicioso e o rádio mal orientado.

Quantas vezes não temos ouvido e lido hinos de louvores a “mocinhas” ou a “rapazinhos” que se destacaram não pela inteligência ou pendor artístico, mas, lastimavelmente, pela completa falta de instrução ou conhecimentos rudimentares? [...]

Por outro lado, [...] pela propagação da onda modernista(!), nos quais vemos a que ponto chega a audácia de alguns rapazes e moças aceitando tomar parte em diálogos nada

recomendáveis à formação da juventude, ou senão participando de “brincadeiras radiofônicas” que atentam abertamente, contra os bons costumes.

Aqui mesmo em Natal, a nossa emissora realiza certos programas que vez por outra ficam sujeitos a críticas. Domingo último, por exemplo, duas espectadoras remeteram ao animador do programa suas aspirações quanto a um futuro noivo. Uma delas disse desejar um rapaz trabalhador, de caráter, e carinhoso. Outra, a que venceu e que mereceu os aplausos ou assistência, almejava um “moreno de bigode cheiroso, amoroso, e que gostasse de passeios ao luar, e beijos...

Isto foi lido ao microfone, e no final do programa a autora dessa “moderníssima” vontade apareceu no palco, e com naturalidade “escolheu”, o seu suposto noivo para um também suposto casamentos.

Como era de esperar. As piadas da platéia completaram o programa, não faltando quem sugerisse que os “noivos” se beijassem ali no palco, à vista de todos, inclusive de menores...

É isto que estamos presenciando quase diariamente, pois enquanto às mocinhas “modernistas” fazem das suas, os papás ficam em casa achando que tudo vai bem, e que suas filhinhas são virtuosas...

M. de A .

A Ordem, ANO XVI - N ° 4543 – Natal/RN, terça-feira, 20/03/1951.

FEMINISMO (OTTO GUERRA)

“Uma resenha do movimento feminista na América foi feita agora pela conhecida agência Notícias Católicas”, a propósito da realização do Primeiro Seminário Regional da Comissão Inter-americana de Mulheres, na cidade de São Salvador, na América Central. Em 1848, nos Estados Unidos, Lucrecia Mott e Elizabeth Cady Stanton, convocaram uma sessão em Seneca Falls. Eram chamadas as sufragistas, porque se batiam pela extensão do sufrágio eleitoral às mulheres.

O movimento ganhou corpo em muitos países , foi instituído o voto feminino, em 1928, quando se realizava a IV Conferência Pan-Americana na cidade de Havana, conseguiram que suas aspirações encontrassem ambiente, sendo estabelecida a comissão Inter-Amaricana de Mulheres, que passou então a fazer reuniões extraordinárias e seminários regionais.

Esse da América Central, agora realizado em Salvador, veio comprovar o crescente interesse das mulheres pelos seus problemas, e o bom senso de que se acham possuídas. Durante 3 semanas um total de 300 mulheres acorriam às sessões ordinárias, sendo ainda maior a frequência à sessões plenárias, dedicando-se ao estudo dos problemas ligados à condição política, cívica, econômica e social e educativa da mulher, que se debatiam em mesa redonda. As organizações femininas católicas deram todo apoio à reunião e compareceram suas associadas participando ativamente dos trabalhos, especialmente as senhoras de ação católica.

Estas últimas deixaram bem firme a convicção de que todas as atividades da mulher, sejam políticas, sociais, econômicas e cívicas, terão de ser inspiradas em base religiosa. O bom feminismo é contra o ateísmo e a corrupção que ameaça a humanidade e a mulher, mãe e cidadã, pode formar um apoio inexpugnável da restauração cristã da sociedade, assim concluíram.

Participaram dos trabalhos personagens ilustres do mundo feminino. A advogada nicaragüense, Olga Nunes Abaunza, encarregou-se da direção da mesa de estudos políticos, examinando a declaração dos direitos do homem e as diversas constituições dos países.

Mary Cannon, delegada dos Estados Unidos, dirigia os estudos relacionados com a situação econômico-social da mulher, estabelecendo-se reivindicações justas para a mulher trabalhadora.

Uma magistrada mexicana, a Dra. Maria Lavolle Urgina, estudou problemas de direito civil, inclusive o divórcio, mostrando os graves danos que recaem sobre os filhos, tanto sob o aspecto material, como relativamente à sua guarda e proteção, já não falando do que acontece com a própria mulher, cuja estabilidade moral e social diminuem cruelmente.

A professora do Salvador, Maria Lavolle Urgina ficou com os problemas ligados à educação, mostrando os males tremendos do analfabetismo, especialmente nas zonas rurais.

Presidiu o Seminário a Sra. Amália de Castillo Ledón, mexicana eleita desde a Assembléia extraordinária a CIM de Buenos Aires, em 1949- foram dela estas palavras, que servem para encerrar estas notas: "Se a América é a casa da esperança, não menos certo é que há muitas coisas para por em ordem nessa casa, para torná-la totalmente habitável e

uma dessas coisas é esse desequilíbrio social produzido pela balança incompleta de uma democracia sem mulheres”.

Estes temas abordados não eram assuntos publicados aleatoriamente, pois as concepções destas temáticas eram tratadas cientificamente por filósofos, escritores literários. Estavam numa esfera mundial de discussão, pois eram pressupostos científicos, utilizados por feministas internacionais que queriam prover às mulheres de direitos iguais aos homens. Citavam personalidades reconhecidas mundialmente como Max Weber, Baudelaire, Sartre e uma mulher que se destacou entre as demais de sua época, Virginia Woolf, que situou o feminismo como:

uma maneira de perceber a realidade, como a arte é uma maneira de alterá-la. Devemos deixar as influências femininas agirem livremente, tanto dentro da sociedade como dentro do indivíduo. Seu ideal era a mente andrógina, a mente na qual os elementos masculinos e feminino atinjam um perfeito equilíbrio-flexível, luminoso, criativo⁴².

Ou seja, era a tentativa de equidade entre homens e mulheres disseminados pelos feministas através da mídia internacional da época que chegavam ao conhecimento do público de Natal através dos jornais, revistas, rádios e através das artes como o teatro e o cinema hollywoodiano, no qual não mais vedavam os olhos do público, nem tão pouco se mantinham num estágio já superado, contudo não era o pensamento de todos. A Ordem, por não partilhar das mesmas idéias, tentava manter as amarras do tradicionalismo sob seus leitores que eram alvo da crítica do jornal, em seu discurso à modernidade era algo pernicioso que iria desestruturar a família, levar as moças para o mau caminho, assuntos desta natureza foram tratados na coluna Casos e Coisas, em 20 de outubro de 1950:

A Ordem, ANO XV – N.º 4423 – Natal/RN, sexta-feira, 20/10/1950.

CASOS E COISAS

O materialismo do séc. vinte, ajudado por um sem número de outros fenômenos sociais, vem distendendo suas garras sobre o mundo, como um grande e horrendo polvo.

⁴² WOOLF, Virginia apud MARDER, Herbert. **Feminismo e arte: um estudo sobre Virginia Woolf**. Chicago: [s.n.] c 1968. p. 9-10.

De todos os recantos do globo terrestre, chegam-nos notícias, da depravação dos costumes, dos atentados à moral pública e privada, os escândalos da sociedade, o relaxamento, enfim, do caráter do homem moderno, que se agarra com unhas e dentes para tentar justificar esse descalabro, na tábua de salvação que é o modernismo, o existencialismo.

E os meios que são utilizados para a propagação dessa onda envolvente de dissolução tem sua “cabeça de ponte” firmada no cinema e no teatro. Justamente as artes chamadas popular, tal a penetração daqueles meios de divulgação.

Aqui em Natal acontece em toda a parte, temos filmes imorais e teatros imoralíssimos. É verdade, e disto demos graças, que não são permanentes tais películas e espetáculos. Mas sempre estamos a ver anúncio de um filme “impróprio até 18 anos” ou de “espetáculos para adultos”...feitas estas ressalvas, o resto é daquele jeitão: safadeza no duro, acobertada pelos títulos pomposos de “arte”, “realismo”, “modernismo”, etc.

Infelizmente, o povo gosta é disto. Basta a censura fazer restrições a qualquer filme ou peça teatral, e o êxito da bilheteria é certo. Recentemente, tivemos dois exemplos dessa triste verdade, aqui em nossa cidade.

Levou-se um filme italiano, inconveniente desde o título até às suas menores cenas, que teve grandes assistências. O enredo girava em torno de infidelidades conjugais, amores escusos, pontilhado de cenas íntimas, imorais mesmo. Com todo esse “realismo”, ao que se sabe, muita mocinha saiu do cinema aborrecida, pois pensavam tratar-se de “filme indecente”...

Com o nosso teatro, deu-se coisa parecida. Aqui chegou, e realizou uma temporada, o chamado “teatro popular de arte”, que justiça se lhe faça, tem bons artistas e repertório mais ou menos selecionado.

A nossa crítica elequou certos trabalhos dos artistas, e outros comentaristas menos rigorosos teceram elogios rasgados... sem restrições.

Na despedida, (o povo costuma dizer que o veneno da cobra está na ponta da calda...) a troupe apresentou uma peça de Sartre, anunciada com antecedência como “imprópria para menores”... De fato, a peça não somente era imprópria para menores como para qualquer público que se preze. Quem assistiu-a, mesmo não sendo “carola”, lançou seu protesto ante a imoralidade de certas cenas naturais, entretanto, em se tratando de tema escabroso.

Mesmo assim, houve cronista que não deixaram de elogiar a peça, pois nada de “amoral viram na “prostituta respeitosa”, visto se tratar de tema realista, cenas comuns, motivos reais que já ninguém ignora”...

Ai está, caro leitor, a que ponto chegou o modernismo atual. A imoralidade, porque apresentada num palco, torna-se “inocente”, vira coisa comum, real, que a ninguém é estranho. Sinais dos tempos, dirão os filósofos...

M. de A .

Sempre que se tratava de temas como progresso e modernidade, o jornal A Ordem tinha seu enfoque atento e crítico no intuito de formar opinião pública condizente com seus princípios ligados ao tradicionalismo e conservadorismo - direcionado a proposições temáticas como a família, a integridade das moças, o divórcio, a moda , as mulheres e o trabalho fora do lar, de forma que estes temas fossem vistos pelo público e que estes identificassem como essenciais a serem abordados por estarem infectados com os sintomas de pejorativismo, próprio destas novas concepções modernas. Sobre esta perspectiva Buitoni afirma que os veículos de comunicação que tratam de questões do cotidiano feminino se apresentam como “A imprensa...duplamente mítica. Primeiro, porque apresenta diversos conteúdos, senão todos, de forma mítica. Segundo , porque o conteúdo que a identifica mais de perto com seu público – isto é, a representação subjacente do feminino – aparece sempre como mito”⁴³.

Perante o público masculino não existiam temas tabus como os relacionados às leitoras, havia um aspecto peculiar existente nas entrelinhas do discurso direcionado ao público feminino, existia um utilitarismo prático e didático, como citar o que era ou não viável na conduta social, diferente da postura aplicada aos assuntos de interesse do público em geral, pois estavam imbuídos de parcialidade. Pode-se perceber tais considerações nas colunas deste jornal e para efeito de exemplificação citaremos alguns artigos neste trabalho, direcionado a públicos alvos da sociedade local da época através de temas específicos:

⁴³ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981. p. 6.

MORALIDADE:

A Ordem, ANO XVII – N.º 4958 – Natal/RN, sexta-feira, 05/09/1952.

OTTO GUERRA

Quando abrimos a história antiga, para ler sobre os costumes romanos, tem-se a impressão nítida que vivemos em dias atuais, no que tange à moralidade de muita gente.

Aquela mesma desordem sexual, aquela mesma concepção pagã de família. E só não temos o divórcio porque a lei não foi aprovada. Na prática muita gente vive como se fosse divorciada.

Mas ainda não é tudo e as notícias que chegam das “boites” elegantes de Copacabana e de certa rapaziada “existencialista” são ainda mais degradantes.

Até danças de baixa feitiçaria estão ali se processando, como noticiam os telegramas, com delírios repentinos de algum espectador, que os mais objetivos dizem apenas se tratar de “água” em larga escala.

Também nas praias a situação não é melhor. Já não é apenas a exibição dos “maillots”² peças ou bikinis. É coisa muito pior, são exibições de ritmos efeminados em rapazes grã-finos, amantes de clubes de modismo.

Não resta dúvida. A degradação do homem rebaixa-o para além do animal.

E então vemos esse fenômeno tão moderno da melancolia, outro dia descrito com mão de mestre por Fulton Sheen. E o vazio que vem do fato de se ter gasto bastante e desbragadamente os prazeres do corpo; um sentido de vazio, de esterilidade, de futilidade.

Há muita melancolia no mundo, na razão direta da falta de capacidade apostólica, de sentido cristão da vida.

A palavra moralidade era um símbolo do tradicionalismo, um baluarte a ser defendido através do discurso direcionado às famílias tradicionais da sociedade, que faziam parte do sistema no qual tinham acesso a todos segmentos sociais e assim sendo, poderiam apoiar a ideologia contida nos artigos publicados servindo de direcionamento social. (Ver anexo A).

FAMÍLIA:

A Ordem, ANO XV – N.º 4388 – Natal/RN, quarta-feira 06/09/1950.

PAGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA
(OTTO GUERRA)

O inquérito com que a juventude feminina fez preceder a elaboração do seu bem feito programa de 1950, sobre os problemas da família, já deixa entrever que, mesmo em nossos arraiais católicos estão entrando concepções que nos distanciarão bastante dos princípios adequados ao serviço que se espera da família, em prol da grande família humana.

Verificou-se, por exemplo, uma certa inconsciência a respeito dos motivos e finalidades do matrimônio, de sorte que apenas 2% das moças que responderam ao questionário tinham noção exata da vocação. E quase todas tinham visão meramente natural das finalidades do casamento: 22% queriam casar para possuir o seu lar; 5% para ter filhos; 4% para não ficarem solteironas; 2,5% para ter um amparo, ou garantir o futuro...

Quanto a noção exata do casamento, apenas 11% conheciam a noção sacramental, sendo as outras respostas românticas ou convencionais.

Relativamente ao divórcio, 18% já o consideravam um benefício, 41% o olharam como uma ruína da família.

Escutemos, para exemplo, um desses depoimentos, que bem retrata a quantas já anda a mentalidade anti-familiar, entre nós, com total desconhecimento das leis essenciais do casamento, sem o que a família não poderá cumprir a sua missão nem a serviço da pessoa humana, nem a serviço da grande família humana, nem a serviço de Deus.

Diz essa moça, cuja identidade, está claro, foi suficientemente resguardada:

“Divorcie-se quem assim queira; não podemos impedir que outras pessoas, cujo pensamento não se enquadra nos nossos, se vejam tolhidas em seus anseios de felicidade. Quem bem vive, não precisa de divórcio. Considero o divórcio uma necessidade social e biológica”.

No íntimo, quantos e quantas que, embora contrários ao divórcio, apenas em face da determinação da igreja, pensam que essa moça está com a razão e que deviam existir casos legítimos de divórcio?

Tudo isso é resultante dessa falta de consideração em torno das leis fundamentais da família, das suas finalidades essenciais, que não são a felicidade imediata dos casais,

porém a procriação e educação dos filhos, a reclamar um ambiente estável, de sorte que a indissolubilidade estabelecida por Deus não decorre de algum vão capricho da divindade, sendo uma lei natural, a mais adequada à felicidade da grande família humana.

A família era vista como a célula básica da sociedade, era o sustentáculo de apoio às concepções conservadoras e voltadas para si próprias. Era também uma realização social, na qual famílias de um mesmo nível acordavam por uniões, onde poderiam aumentar seus patrimônios e se manterem no poder de alguma forma dentro do seu habitat local. Através do sacramento do casamento oficializavam-se estes acordos, dos quais estavam em jogo a realização e sonho de toda a mulher, imposto ou não pela educação aos moldes antigos, “ pelo casamento...o próprio ser a existência legal da mulher é suspensa, ou, pelo menos, é incorporada ou consolidada na existência do marido sob cujas asas, proteção e abrigo ela tudo realiza...”⁴⁴. Para a sociedade a mulher só era bem vista e realizada através do casamento, do contrário seriam estigmatizadas, a estas mulheres que não constituíssem famílias a felicidade lhes era negada socialmente.(Ver anexo B).

IGUALDADE SOCIAL:

A Ordem, ANO XV – N.º 4435 – Natal/Rn, terça-feira, 07/11/1950.

HOMENS E MULHERES – Igualdade de direitos? Ainda existem discriminações - o voto feminino.

Em Lake Success, realizou-se este ano a IV sessão da comissão sobre a condição da mulher nas nações unidas. Trata-se de um órgão subsidiário do conselho econômico e social, a que compareceram representantes das diversas nações, faltando a Rússia, pelo fato de achar-se presente a China nacionalista.

Trataram-se muitas questões, entre as quais – direitos políticos da mulher, igualdade de salários para trabalho igual, entre homens e mulheres, participação da mulher nas atividades das nações Unidas, acesso da mulher aos estudos, regime de bens do casamento, aplicação do direito penal às mulheres.

Como se vê, uma série de temas que se convencionou chamar de “palpitantes”.

⁴⁴ WOOLF, Virgínia apud MARDER, Herbert. p. 19.



DIREITOS POLÍTICOS

Aqui no Brasil, não é mais novidade. A mulher vota e se interessa tanto quanto os homens pela vida política do país. No entanto é preciso saber que ainda 22 nações das quais 18 filiadas à ONU estabelecem discriminações quanto à mulher, no terreno político...

São restrições quanto à elegibilidade, quanto ao grau de instrução, ou a proibição mesma de votar, em qualquer hipótese. Cogitou a reunião de apresentar um termo de convenção para todos os países assinarem, comprometendo-se a outorgar o direitos de voto à mulher e aqueles que já o concederam não estabelecer restrições.

Entre os países que não concedem voto à mulher figura a democrática Suíça, modelar em tantas coisas. Uma emenda à constituição para a outorga desse direito foi negado por 88 contra 41 votos...

NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo as estatísticas na América do Norte 70% da fortuna do país se encontra em mãos das mulheres, que assim contam com essa importância econômica, do lado do pleno gozo dos direitos políticos.

MINISTROS E DIPLOMATAS

O novo estado de Israel escolheu para primeira embaixatriz em Moscou a uma mulher, a Sra. Meyerson. Não foi a primeira, pois nesse mesmo ano (1948) morria a primeira embaixatriz da história, a Srta. Schwimmer, que representou a Hungria na Suíça (1918-1920). E por que não falar na importância de certas esposas de presidentes, como a Sra. Roosevelt, a Sra. Tchang Kai chek e tantas outras rainhas, nos outros tempos? Na Índia, o ministério da saúde é dirigido pela princesa Amrit Kaur, que foi secretária, durante 16 anos, do malogrado Gandhi.

A princesa foi neste ano eleita presidente do OMS, (Organização Mundial da Saúde). E é sabido que as princesas da Inglaterra, na Holanda, na Dinamarca, tem direito ao trono, coincidindo que atualmente a vacância do trono desses três países deverá caber a mulheres respectivamente as princesas Elizabet, Beatriz, e Margarida.

No Japão, fato verdadeiramente revolucionário para os costumes do país, uma mulher, a Sra. Sasakabira, foi nomeada vice-ministra da justiça. E na Iugoslávia (imagine as coisas do vermelho Tito!) a Srta. Sava Kaluga embarcava no dia 20 de fevereiro deste ano a bordo do seu navio, o "Titograd", como oficial de marinha.

MÉDICAS E ADVOGADAS

Mulheres médicas há muitas pelo mundo. Advogadas em menor número.

Ainda assim, uma delas, a Sra. Lucile Tinayre Grenoudier pertence ao conselho da ordem dos advogados e outra faz parte da assembléia da união francesa.

IGUALDADE NO BOM E NO MAU

Diante dessa posição assumida pela mulher, também se discutiu na Inglaterra se era justo impor a pena capital às mulheres também: e a opinião é que não é nada de mais a pena de morte para as mulheres, já que elas estão em pé de igualdade com os homens...

Mas apesar de tudo isso, de toda a legitimidade de direitos, é preciso que a mulher não esqueça nunca o principal reinado que lhe cabe.

Ela é rainha do lar, a insubstituível mãe e esposa, o fundamento dos lares bem organizados. Ai ela faz mais, muito mais, do que sendo médica, advogada, ministro, o que seja. Porque ela prepara as gerações futuras e conduz a bom tempo a família, viveiro de grandes e devotados cidadãos de ambos os sexos.

A igualdade social era um desafio a todos feministas deste período, vários direitos à mulher foram conquistados nos primeiros anos da década de 50, isto a nível mundial. Aqui em Natal era um problema social, pois ia de encontro a tudo que foi ensinado pelas famílias tradicionais. Às mulheres de pouco poder aquisitivo era normal terem mais liberdades por trabalharem para manter o sustento familiar e devido a isso eram censuradas, mas às filhas de famílias abastadas era algo não permitido.

Os meios de comunicação como o jornal A Ordem era contra e defendia através dos seus artigos que o dever das mulheres era de serem mães, donas-de-casa, devotas dos seus maridos, pois a mulher foi feita para procriar e ajudar ao marido. Era uma concepção de cunho religioso, e devido a sua natureza, muitas mulheres consentiam por ser de acordo com a sua educação religiosa. Pode-se caracterizar este período em relação à mulher a partir da citação de Virgínia Woolf: “A mulher não pode ser ela mesma na sociedade atual, que é uma sociedade exclusivamente masculina, com leis concebidas pelos homens e com um sistema judicial que julga a conduta de um ponto de vista masculino”⁴⁵. (Ver anexo C).

⁴⁵ WOOLF, Virginia apud MARDER, Herbert. p. 21.

TRABALHO FEMININO:

A Ordem, ANO XVII – N.º 4868 – Natal/RN, quinta-feira, 08/05/1952.

DIA DAS MÃES

[...] Um dos piores transtornos é o trabalho da mulher casada, mãe de filhos, fora do lar. E feito um prejuízo da estabilidade familiar e da educação dos filhos.

Certo é que muitas mães de família, mesmo das que não tem obrigação fora de casa, também esquecem a missão principal.

As bancas de jogo, os chás elegantes, outras “obrigações” sociais, tiram do lar quem é rainha do mesmo.

Está claro que a mulher mãe é nenhuma escrava da gleba, presa dia e noite, sem momentos de repouso de distração, nas quatro paredes da casa. Uma coisa porém, são as distrações sadias, e oportunas, outra o desbaratamento de economias e de tempo precioso.

A visão cristã da vida de família coloca o problema em termos justos.

Otto Guerra.

A Ordem, ANO XVII – N.º 4938 – Natal/RN, Segunda-feira, 04/08/1952.

CASOS E COISAS

AS MULHERES EM ASSEMBLÉIAS

[...] As mulheres desejam certas vantagens que somente num conclave de caráter mundial poder-se-á discutir, estudar e deliberar, pois para isto se promovem assembleias. Sabemos que as representantes do sexo fraco às vezes tomam resolução forte, afim de não deixar em grau de inferioridade as legítimas reivindicações femininas. [...] As mulheres que desejam o seu “lugar ao sol”, como filhas de Deus que também são, apesar de serem chamadas com maior freqüência, filhas de Eva, tem de lutar a ombro com o homem, indiferente às desvantagens que realmente encontram. [...] Elas vivem o seu tempo, nada de seguir o exemplo das avós que ficavam em casa, entretidas com o crochê ou com as rendas de almofadas, enquanto cuidavam da panela, no fogão, ou prestavam atenção aos meninos por ventura se divertindo no terreiro, nada disto, entretanto, seduz a mulher moderna. Ela deseja a agitação. Prefere o burburinho das ruas à quietude do lar. Mas, lá fora, a coisa é outra, saindo o tiro pela culatra, como se diz. A luta pela sobrevivência como que igualou a mulher ao homem, sob certos aspectos. Mas a vaidade feminina não se contenta com as vantagens que por força do sexo pertencem exclusivamente ao homem,

resultando, daí, os queixumes, as lamentações amarguradas dos que pertencem ao belo sexo, como se esta única condição fosse essencial para vencer em toda linha... [...]

De uma coisa, entretanto estejamos certos: mulher reunida em assembléia é um perigo...porque se não traz guerra ao mundo, pelo menos bole com os nervos dos concorrentes...

M. de A .

As publicações do jornal A Ordem referente ao trabalho feminino demonstram a sua concepção, que lugar de mulher é em casa cuidando do lar e das prendas domésticas. Todavia não podiam deixar de demonstrar o que estava ocorrendo na sociedade como um todo, sabiam deixar sua concepção do assunto e inclusive dar conselhos às “filhas de Eva”, assim caracterizadas pelo jornal, devido ao aspecto pecador da mulher, extraído de citações contidas na bíblia, e dessa forma popularizado através de suas colunas na época.(Ver anexo D).

EDUCAÇÃO :

A Ordem, ANO XVII – N.º 4812 – Natal/RN, quarta-feira, 27/02/1952.

PIONEIROS DA EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Os nossos colégios de meninos ensinam muito francês, muita filosofia, mas não explicam o padre nosso. Ainda é mais grave o ensino em colégios de meninas.

A mulher pode e deve ser o grande instrumento da regeneração: mas para isso cumpre substituir sua posição atual de ídolo de máquina reprodutora. Uma nação é um agregado de famílias: lar doméstico é a mulher...

“A nova educação feminina é hoje exclusivamente a dos bailes, das salas, das ostentações e as que vivem fora da cidade, ou não possuem fortuna, vegetam na ignorância por se entender com a mulher de per si é nada”.

Isto dizia Monsenhor Joaquim Pinto de Campos em carta que dirigiu ao excelentíssimo senhor ministro dos negócios eclesiásticos, publicada no Rio de Janeiro, em 1861.

Foi o eminente prelado do tempo do império uma das primeiras vozes depois da do Bispo Azevedo Coutinho, que se levantaram contra o critério, então dominante, de conservar-se a mulher um “ídolo”; ou, então, simples “máquina reprodutora”. O que

mostra não ter sido sempre a igreja ou o clero em nosso país o “poço estagnado”, o opressor dos fracos” de que fala a retórica dos liberalões.

Padres como Pinto de Campos bradaram a favor da melhor educação da mulher, embora entendendo que nem nos colégios de meninos nem nos de meninas devia-se negligenciar, sob o muito ensino de francês ou de filosofia o ensino do padre-nosso. Outros padres da época não só bradaram a favor desse ensino como conseguiram organizá-lo.

E organizá-lo sob critérios democráticos e com sentido rural: lembrando-se das meninas que viviam “fora das cidades “e das que não “possuíam fortuna”, pois não teve outro sentido nem se processam sob outro critério a obra admirável do Padre Ibiapina Grande figura de educador brasileiro para que a educação da mulher rural era a chave de toda uma renovação da vida, da cultura e da paisagem do país.

Gilberto Freire.

A Ordem, ANO XVII – N.º 4860 – Natal/RN, segunda-feira, 28/04/1952.

CASOS E COISAS

ACADEMIA FEMININA DE LETRAS

Um grupo de senhorinhas natalenses está realizando algo de notável em nossos meios intelectuais, com a instalação de sua academia de letras. [...]

Felizmente em Natal, não apenas o movimento intelectual entre os homens é intenso: as filhas de Eva se organizam e já temos belos movimentos de inteligência, principalmente aqueles que tem origem na escola de serviço social e na juventude feminina católica. [...]

A nossa juventude estudiosa e inteligente terá, assim, um cenáculo próprio para as tertúlias. Coisas sérias serão encaradas pelas nossas acadêmicas, que em contato com o mundo das letras, das boas letras é lógico, deixarão, por instantes, as futilidades das conversas, esquecerão as seduções da moda e até do amor, quem sabe, ficará esquecido por furtivos momentos, tudo envolvido na doce e sedutora atmosfera da mais pura espiritualidade.

Parabéns , portanto, senhorinhas intelectuais.

M. de A .

A educação era o mecanismo mais eficaz da sociedade em tolher as novas concepções impostas pelo mundo moderno. Nas suas edições o jornal A Ordem sempre

primava pela boa conduta social que se caracterizava por uma boa educação, as mulheres sempre eram o público cativo de conselhos, advertências, proibições, a fim de manter a sociedade num estágio de imobilidade frente aos novos tempos modernos. Criticava-se muito a questão das mulheres poderem ter o mesmo tratamento que os homens, no que diz respeito ao acesso à educação para a formação de profissionais liberais como médicos, advogados, engenheiros...

A Ordem deixava claro que às mulheres foi concedida a grandeza do cuidado do lar, esta era a realização maior, a herança repassada por suas antecessoras com a finalidade de serem as guardiãs e continuadoras dos seus projetos de vida, vistos como símbolo cultural. (ver anexo E).

DIVÓRCIO:

A Ordem, ANO XVII – N.º 4858 – Natal/RN, sexta-feira, 25/04/1952.

O CASO INGRID BERGMAN

(OTTO GUERRA)

Nós, que combatemos o divórcio sustentamos que a simples possibilidade da ruptura dos laços matrimoniais com a permissão legal de novas núpcias constitui um incentivo à infidelidade.

O caso Ingrid Bergman acaba de fornecer uma prova bem patente. Como se sabe, pois ele ocupou há algum tempo o noticiário dos jornais, esta artista sueca perdeu a cabeça, largou o marido e uma filha, por causa de um, diretor de cinema italiano, Roberto Rossellini.

Jornais estampam, agora, a carta que essa criatura então endereçara ao marido: “Será muito difícil para você ler esta carta, assim como é difícil para mim escrevê-la. Quisera pedir-lhe perdão, mas isso parece ridículo. Mais adiante continua com uma falta de sentimentos mais nobres, que causa dó: “Não era intenção minha enamorar-me e vir definitivamente para a Itália. Mas, como podia eu remediar ou modificar a situação? Você viu, em Hollywood, como aumentava cada vez mais meu entusiasmo por Roberto. Julguei que talvez pudesse dominar o que eu sentia por ele se visse em seu próprio meio. Mas aconteceu justamente o contrário”.

E mais adiante: “Sei que esta carta cairá como uma bomba sobre nossa casa”. “Nosso futuro, nosso passado, tão cheio de sacrifício e auxílio de sua parte e agora você,

fica tudo em ruínas, e eu não posso ajudá-lo”. É uma confissão de fracasso, um fracasso humano querido, procurado. Bem que o povo diz: quem brinca com fogo se queima.

E também uma grande lição. As intimidades com estranhos não são aconselháveis. Quantos maridos, quantas mulheres aproveitarão esta lição?

O divórcio era tratado pelo jornal A ordem como um mal moderno a ser extirpado da sociedade atual, pois veio para esfacelar a célula mater da sociedade que é a família. Às mulheres eram concedidos conselhos, advertências para que as mesmas não caíssem nas tentações dos tempos modernos. Em suas publicações demonstravam o que acontecia com as mulheres que levianamente cedessem a este mal. Elas eram estigmatizadas socialmente juntamente com seus filhos, pois nem eles escapariam dos comentários. À mulher divorciada era relegada a infelicidade e o distanciamento social para com as demais senhoras respeitáveis da sociedade local. (Ver anexo F).

VAIDADE E MODA:

A Ordem, ANO XV – N.º 4267 – Natal/RN, segunda-feira, 10/04/1950.

CASOS E COISAS

Dizem que a vaidade feminina bota o mundo a perder . E quanta verdade vai nisto!

A igreja, desde os primórdios do cristianismo, condena o luxo e a vaidade . Mas estes dois inimigos da modéstia e do recato femininos são como as serpentes tentadoras: sempre estão à vista, sempre se infiltram entre a virtude e o pecado. E as conseqüências aí estão.

Achando pouco as mil e uma “novidades” de que dispõem para aguçamento de sua vaidade, as mulheres descobriram outro “modelo” para pintar as unhas. Gravar por meio de decalque, as iniciais do seu nome, em monograma, na própria unha...

Adiantam os telegramas que a “moda” começou em Viêna, e é tida como última novidade em matéria de elegância”. E comentando a novidade, temos o seguinte num jornal carioca:

“Não negue, minha senhora, torna o “sherlock” severo, eu sei que houve um entrevero entre a senhora e o rapaz, basta olhar a cara dele pra dispensar testemunhas : madame ao meter-lhe as unhas, gravou-lhe as iniciais...

A Ordem, ANO XVII – N.º 4856 – Natal/RN, quarta-feira, 23/04/1952.

CASOS E COISAS
MODA EXAGERADA

Efetivamente a moda entre as mulheres é incompreensível entre os homens. Sabemos que o sexo forte é o criador de quase tudo que se relaciona com a vaidade no vestir e no calçar das filhas de Eva. Os grandes cabeleireiros lançam novos tipos de penteados e as mulheres seguem de olhos fechados, as novidades. Os idealizadores de tipos exóticos de chapéu, os modistas, os fabricantes de calçados lançam também suas criações, merecendo igual aceitação da parte do mundo feminino. A mulher deseja enfeitar-se para seduzir os homens, enquanto estes se aproveitam dessa natural vaidade do sexo frágil para enriquecer, embora trazendo aperreios de toda sorte aos próprios homens que tem de suportar e manter as exigências que a moda impõem diariamente.

Mas não desejamos aqui, tecer comentários sobre a vaidade das mulheres.

Queremos, antes lamentar o excesso dessa vaidade, que infelizmente está se transformando numa moda atentatória ao recato que deveria ser puramente conservado e defendido pelas mulheres, de um último caso, pelas donzelas.

O pudor até certo tempo, era uma das belas virtudes das mulheres. Hoje, infelizmente o modernismo do século está acabando com isto, embora ainda contemos com as exceções. E uma das preocupações, atual da moda feminina, é o exibicionismo.

Nas praias, o nudismo não é total graças às duas faixas de panos que cobrem o corpo das banhistas. Dizem que é o CHIC, o moderno.

Mas elas já não querem se contentar somente com a praia. É preciso diminuir o vestido e apresentar –se nas ruas, com decotes, escandalosos, costas nuas, saias curtas e justas. Não sabemos se isto corre por contra da economia doméstica ou se tem causa no avanço da moda feminina.

O fato é que as mulheres andam em toda parte até nas igrejas, (embora contrariando as determinações dos vigários) com vestidos resumidos e premeditadamente provocantes. Mocinhas anseiam completar 15 anos para envergar o vestido do baile, de decote moderno...

A moda é tão exagerada, que até nas repartições já estão os homens reclamando essa exibição nudista das funcionárias, como aconteceu na câmara municipal de São Paulo, pleiteando para elas simples uniformes.

Como não poderia deixar de acontecer, a moda chegou a Natal e tem seu grande número de fãs. As costureiras recebem encomendas e recomendações para que o vestido saia à moderna, isto é, decotes escandalosos e costas nuas. E muitas ainda devolvem a encomenda, reclamando que o vestido não saíra como desejava: bem decotado.

É o triste resultado vendo em nossas ruas mocinhas de 15 anos, que deveriam, ser anjos de pureza, como as flores que desabrocham, andam mostrando as costas e os braços sob a vista complacente dos pais, os elogios irreverentes dos que gostam da moda existencialista ...

M. DE A.

A moda e a vaidade feminina eram usadas como peças fundamentais nas colunas do jornal *A Ordem* para demonstrar o aspecto leviano da modernidade. Era impróprio às mulheres de boa reputação usarem estas novidades que às levavam ao pecado, devido ao despudor do uso de roupas extravagantes e maquiagens pesadas que davam uma conotação às usuárias de mulheres fáceis, de filhas de Eva. A moda ao ver do jornal tinha um lado pernicioso, pois não eram apenas modernidades usadas pelas moças de forma ingênua e sem nenhum perigo, era a maneira de apresentarem-se de forma pervertida. Ao mesmo tempo em que se expunham dessa forma, estavam expondo às suas famílias, levando-as ao ridículo e aos falatórios da sociedade. Uma moça de boa conduta jamais deveria seguir tais padrões modernos e sim serem recatadas, dotadas de pudor, visto como uma virtude a ser seguida.

O ideal de mulher moderna para o jornal *A Ordem* era a mulher recatada, voltada para o lar, a mãe honesta e prendada que tem como realização o bom trato dos filhos e do marido. O que se espera delas é que assumam a postura social destinada como a suas antepassadas assim o fizeram, que não se subvertam aos maus presságios do modernismo, pois estes nada têm a lhes oferecer.

Às filhas de Eva é determinado como herança o tradicionalismo e conservadorismo através das linhas escritas pelos colunistas do jornal *A Ordem*, afirmando de que não sejam ainda estas as mulheres que venham a modificar toda uma história cultural, pois as mudanças causam pavor, espanto. “E quando as relações humanas mudam, há ao mesmo tempo uma mudança na religião, conduta, política e literatura”⁴⁶, pois o temor, implícito nos artigos, seria um sinal de uma nova era que estava por vir e que neste futuro auspicioso

⁴⁶ MARDER, Herbert. *Feminismo e arte*, p. 41.

“A mulher, teria de trazer o princípio feminino em um mundo inteiramente masculinizado e assim tornar o mundo humano, em vez de apenas masculino”⁴⁷.(Ver anexo G).



⁴⁷MARDER, Herbert. **Feminismo e arte**, p. 17.

4 A VOZ DO JORNAL A REPÚBLICA: A ABERTURA SUTIL DA MODERNIDADE EM SEU DISCURSO.



Mulher na praça da Sé, 1938

O jornal A República⁴⁸ surgiu no estado do Rio Grande do Norte no final do século XIX. No decorrer das primeiras décadas do século XX se modernizou ao ponto que na década de 50, percebia-se a existência de elementos no seu discurso que permitia ao leitor vislumbrar um diferencial em relação aos demais jornais locais.

Apesar dos editoriais ainda com uma certa dose de convencionalismo, aos moldes da sociedade local, se destacava por publicar as modernidades que estavam acontecendo a nível mundial. Era uma sutil abertura, pois o jornal tinha como compromisso manter seu público em geral bem informado, mesmo com informações na qual poderia causar espanto à população local. Suas matérias tinham um tom imparcial no que diz respeito ao público feminino, pelo menos nas publicações expostas que vinham de outros meios de informação de fora do estado, constando na coluna local denominada de Pelo Mundo.

Os textos produzidos pelos colunistas locais, como foi citado, ainda tinham uma certa dose de tradicionalismo, porém refletia sobre as concepções contidas na modernidade de forma mais amena em relação a outros jornais locais, como A Ordem. Essa perspectiva, “em lugar de enfraquecer as narrativas por causa do tom “feminino”, dá a elas uma força renovada e uma originalidade adicional, ao mesmo tempo subverte o cânone literário”⁴⁹, por não se moldar por total aos padrões preestabelecidos pela sociedade que eram identificados claramente em colunas sociais de outros meios de comunicação. De forma a exemplificar uma certa quebra de padrões sociais admitida pelos meios de comunicação local cita-se a publicação de autoria de Al Neto:

A República, ANO LXI - N.º 95 – Natal/RN, sexta-feira, 28/04/1950.

MULHERES (AL NETO)

A mulher tem obtido vantagens decisivas nestes primeiros meses de 1950.

Em realidade, se a tendência que se tem notado até agora persistir, 1950 passará à história do sexo feminino com letra de ouro.

No mês de janeiro, as mulheres conquistaram uma grande vitória no senado norte-americano.

⁴⁸ O Jornal A República foi fundado a 1º de julho de 1889, pelo Dr. Pedro Velho Maranhão, que estabeleceu a oligarquia dos Albuquerque Maranhão na república velha. Após a proclamação da república o jornal A República tornou-se órgão oficial dos poderes do estado.

⁴⁹ NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1955. p. 16.

Por 64 votos contra 19, os senadores votaram pela inclusão de constituição dos Estados Unidos, de uma emenda em favor das mulheres.

Si bem a mulher norte-americana goze dos mesmos direitos que o homem, isto não se acha especificamente consagrado na constituição.

Naturalmente, o direito de voto, sim, está consagrado na lei básica. A emenda constitucional número 19, aprovada em 1920, garante às mulheres o direito de voto.

Mas a emenda agora enunciada pelo senador é muito mais ampla e estabelece especificadamente:

“A igualdade de direitos legais não pode ser negada ou limitada nos Estados Unidos ou em qualquer unidade da federação por motivo de sexo”.

Antes de integrar-se na constituição, esta emenda deverá ser ratificada pelos estados.

A Segunda vitória feminina deste ano, teve lugar num país comunista.

Nos primeiros dias de fevereiro, a Hungria assinou um protocolo nas nações unidas, proibindo o tráfico de mulheres.

Considerando que as mulheres, nos países controlados por Moscou, acham-se em condições de virtual escravidão, a assinatura deste protocolo pela Hungria pode ser classificado como uma vitória considerável para o sexo feminino.

Ainda na primeira semana de fevereiro, as mulheres conquistaram o direito de voto na República de El Salvador.

A lei aprovada então permitia que as mulheres votassem pela primeira vez nas eleições de 26 de março.

No dia 5 de fevereiro aconteceu uma coisa não muito agradável para as mulheres.

Naquele dia o SEJM – que é como se chama o parlamento polonês – determinou que as mulheres tem que servir no exército da Polônia.

Mas logo nos primeiros dias de março a causa das mulheres foi defendida perante o mundo pelo secretário geral das nações unidas, Sr. Trygve Lie.

Falando sobre a necessidade de assegurar os direitos da mulher em escala mundial, Lie revelou que nas ruas de Singapura ainda se vendem donzelas.

Segundo Lie, o preço duma donzela em Singapura é de 2.000 dólares, ou seja, uns 40 mil cruzeiros.

Finalmente, no dia 21 de março foram colocadas as primeiras assinaturas na convenção contra a prostituição, aprovada pelas nações unidas no dia 2 de dezembro do ano passado.

A convenção contra a prostituição tem por objetivo proteger a mulher contra os males sociais que a levam a vender o próprio corpo.

Ao mesmo tempo, a convenção estabelece que a prostituição deve ser unida por lei.

As duas primeiras assinaturas na convenção são do Paquistão e da Libéria.

As leitoras poderiam ao ler o jornal A República se informar sobre o que estava ocorrendo de mais moderno no país e no mundo, pois suas informações eram repassadas aos leitores na íntegra e sem nenhum juízo de valor moral. Os assuntos tratados e direcionados em especial ao público feminino eram vários, desde o que estava ocorrendo na moda, matéria que causava impacto pelo aspecto moderno, na política, no trabalho fora do lar e em relação ao divórcio que era tema extremamente tabu na sociedade local. As conquistas adquiridas no início da década de 50 pelas mulheres do mundo inteiro eram descritas nas linhas do jornal A República, servia às moças de Natal para que pudessem acompanhar as tendências internacionais e assim conhecer melhor os novos direitos constituídos e ou lutar por uma igualdade maior entre homens e mulheres. Cita-se novamente a publicação de Al Neto que retrata bem esta assertiva:

A República, ANO LXI – N.º 96 – Natal/RN, sábado, 29/04/1950.

MULHERES (AL NETO)

Neste momento, uma jovem de 18 anos simboliza a luta e a tragédia da mulher por detrás da cortina de ferro. Chama-se ela Aja Vrzanova, e é a campeã mundial de patinação figurativa.

Nasceu na Tchecoslováquia e ali viveu até bem pouco.

Desde que os comunistas subiram ao poder em Praga Aja começou a sentir, cada vez mais, a opressão do regime totalitário.

Finalmente, já não podendo mais suportar uma vida sem liberdade, Aja resolveu fugir.

Há pouco mais de quatro semanas, chegava à Inglaterra.

Agora acaba de obter permissão do governo britânico para permanecer em solo inglês.

E é novamente livre. Nas pistas de patinação da Inglaterra desliza como um protesto acrobático contra a escravidão das mulheres nos países comunistas.

Infelizmente, porém, não só os países comunistas deixam de reconhecer a posição da mulher na sociedade contemporânea.

Ainda existem países não-comunistas que não reconhecem o direito das mulheres.

Tenho diante dos olhos um recente relatório das nações unidas sobre a situação da mulher em todo o mundo.

Este relatório, dado a conhecer no dia 21 do passado mês de março, revela que a mulher desfruta de absoluta igualdade política com o homem em 52 nações.

Isto significa um grande progresso, sem dúvida. Mas, ainda assim, o relatório revela que em 22 nações a mulher não tem igualdade política com o homem.

Além disso, em 12 países a mulher não pode ser eleita para cargos públicos.

Entre estes últimos figuram cinco países latino-americanos e a Suíça.

Na assembléia geral das nações unidas existem apenas 25 representantes do sexo feminino.

Os Estados unidos têm, repetidamente, afirmado o ponto de vista norte-americano em favor da mulher através da Sra. Eleanora Roosevelt, que chefia a comissão de direitos humanos.

Outro exemplo digno de destaque foi dado pela Índia. Em realidade a Sra. Vijaya lakshmi Pandita é até agora a única mulher a ocupar o cargo de chefe de uma delegação.

Mas a mulher deve continuar lutando.

O triunfo final de causa feminina é inevitável.

Nem sequer os comunistas conseguirão impedir a eventual ascensão da mulher a uma posição de perfeita igualdade com o homem em todo o mundo.

Mesmo porque, talvez Gonçalves Dias tivesse razão quando escreveu, referindo-se à mulher:

“A mais perfeita das criaturas, porque foi a última que caiu das mãos do eterno, quando ele quis completar o quadro variado e magnífico de suas maravilhas como a maior de todas elas”.

Aos padrões sociais locais muitas destas publicações causavam um certo espanto aos leitores conservadores por não conceberem estas transformações no cotidiano das pessoas, em especial da mulher, a partir de propostas mais ousadas advindas da

modernidade a nível internacional. A posição do jornal A República diante dos acontecimentos ocorridos era de não poupar seu público, mesmo sendo muitas vezes suas publicações contestadas pela sociedade local por não acharem correto o conteúdo constante nos artigos, em especial os que de forma muito sutil eram expostos pelo jornal dando um certo ar de igualdade entre homens e mulheres, ou mesmo expondo algum material que conotava um desdém ao conservadorismo, muitas vezes chamado de antiquado:

A República, ANO LXI – N.º 17 – Natal/RN, domingo, 22/01/1950.

PELO MUNDO

AS INGLESAS

Londres (ONA) – O correspondente de um diário de Roma enviou a seu jornal uma reportagem na qual oferecia alguns conselhos aos seus ardentes patriotas que desejassem visitar a Inglaterra. “Não percam tempo em namorar as mulheres inglesas”, advertiu aos italianos. “Evite toda espécie de galantearia”. Parecia extremamente ridículo às mulheres de Londres. Em vez disso, convida-as para beber e faça o seu pedido francamente (se houver pedido a fazer). Ela dirá “Sim”, ou “Não” com igual indiferença. E não fique ofendido com a frieza de um possível, “por que não ? ” .

A República, ANO LXI – N.º 32 – Natal/RN, quinta-feira, 09/02/1950.

PELO MUNDO

OS FRANCESES E AS INGLESAS

Paris (ONA) – As jovens datilógrafas e secretárias inglesas que trabalham no UNESCO se queixaram recentemente, a seus chefes que estavam aborrecidas e cheias de saudades de seu país, porque seus colegas franceses não se lembravam de convidá-las para um passeio por Montemarte ou no Quartier Latin. Esse fato pareceu às autoridades da UNESCO verdadeiramente absurdo e, a fim de preservar a dignidade da organização e incentivar os romances anglo-franceses que ainda não estavam presos pelos sagrados laços matrimoniais.

A resposta foi muito franca – explicaram os franceses – devemos salientar que os ingleses ganham 80.000 francos por mês, muito mais do que nós ganhamos. Se elas querem passear conosco, terão de pagar todas as despesas.

Mas, isso não é tudo. As inglesas não sabem se vestir, e além disso, são ousadas demais.

Tal conteúdo, acima citado, tinha um efeito catastrófico para a sociedade local que pregava o recato das moças de boa reputação, pois dava margem para que pudessem pelo modismo do mundo moderno utilizar de práticas semelhantes como as contidas nas colunas anteriormente mencionadas. Não era via de regra constar sempre conteúdos tão ousados, mas ocorria de forma perspicaz, pois o jornal A República não temia à modernidade:

A República, ANO LXI – N.º 19 – Natal/RN, quarta-feira, 25/01/1950.

O CALENDÁRIO GOOD YEAR PARA 1950

Proseguindo na idéia de mostrar, em seus calendários, os tipos mais característicos e mais belos da mulher brasileira, a Good year escolheu para ilustrar o seu calendário para 1950 uma carioca.

Rende, assim a Good year uma justa homenagem ao nosso tipo consagrado da garota de Copacabana e além de mostrar em cores vivas aquela nossa belíssima praia, mundialmente célebre, afim de que a paisagem tenha um cunho ainda mais tipicamente brasileiro, ali está também o nosso popularíssimo papagaio.

Mais uma vez, pois, o calendário Good year se apresenta de forma atraente, tipicamente regional, e digno da popularidade que já granjeou em todo o Brasil.

Não eram todos os jornais da época que publicaria um artigo como o citado acima, pois exibir uma mulher de forma sensual e ousada não era típico dos meios de comunicação local, mas existia um público que consumia tais publicações. As jovens mulheres da década de 50 eram extremamente contidas pelas famílias, por neste período parte da juventude da classe média que compunha a sociedade local estar em plena fase de transição para a modernidade e consequentemente receptivos aos textos que continham pressupostos de inovações.

Muitos periódicos e jornais tratavam de assuntos de forma bem mais aberta na região sudeste e sul, todavia, aqui no nordeste e em especial no Rio Grande do Norte, os editoriais privilegiavam as temáticas tradicionais e conservadoras, no intuito de satisfazer o público inerente das classes conservadoras. No entanto, o jornal A República procurava mesclar os seus editoriais para satisfazer o público leitor como um todo. Um tema imprescindível na sociedade local como o matrimônio, por ser o sacramento que

direcionava as moças à sua realização enquanto pessoa, apregoado pelo conservadorismo, era tratado nas linhas do jornal A República de forma bastante inovadora:

A República, ANO LXI - N.º 144 – Natal/RN, Sábado, 24/06/1950.

PELO MUNDO

MULHERES BRITÂNICAS EM ESTUDOS DAS LEIS MATRIMONIAIS
NORUEGUESAS

Oslo – junho – (SDN) – Cinco damas britânicas, membros da associação das mulheres casadas, chegaram, há dias a Oslo, afim de estudarem as leis matrimoniais norueguesas. O grupo é chefiado pela Sra. Hinchliss. A associação está impressionada de maneira particular com a cláusula existente nas leis matrimoniais norueguesas segundo o qual a esposa tem direito legal a uma certa quantia para a manutenção da casa e pode, se necessário, apelar para a autoridade local afim de que esta decida qual a importância que ela deve receber para esse fim. As damas britânicas entrevistarão suas colegas norueguesas para saberem destas qual o resultado da lei na prática. Comentando o fato, o jornal “AFTENPOSTEN” escreveu: “Talvez, depois disso, elas não fiquem mais assim tão impressionadas”.

Provavelmente o corpo editorial do jornal A República não concordasse com o material exposto no artigo Pelo Mundo, de tema Mulheres britânicas em estudos das leis matrimoniais norueguesas. Todavia o seu papel enquanto transmissor das informações ocorridas na nossa sociedade moderna, o fazia apresentar a realidade do cotidiano das mulheres de outros locais de forma imparcial. Estes assuntos ligados ao público feminino, causavam repercussão e eis que era uma oportunidade de conquistar espaço onde outros meios de informação não haviam conquistado, de ter o público feminino fiel à sua leitura por ser moderna, conter assuntos que eram do interesse das mulheres como:

IGUALDADE SOCIAL:

A República, ANO LXI - N.º 93 – Natal/RN, quarta-feira, 26/04/1950.

NOS BASTIDORES DO MUNDO
MULHERES (Al Neto)

A possibilidade de que o próximo presidente dos Estados Unidos use saias em vez de calças compridas nada tem de absurdo.

Quem o diz é o atual vice-presidente norte-americano Alben Barkley.

“As mulheres penetraram virtualmente em todas as profissões e todos os setores da vida pública dos Estados unidos e em todos os casos tem enriquecido e enobrecido os setores onde atual “Eu não vejo nenhuma razão – já seja legal, moral ou intelectual – que impeça uma determinada mulher de ser presidente dos Estados unidos.” [...]

O início da década de 50 foi marcado por várias conquistas para as mulheres, conquistas políticas, sociais e trabalhistas. A mulher dos anos dourados, inspirada pelos ventos da modernidade, soube aproveitar as oportunidades que em decorrência das transformações que estavam ocorrendo no mundo inteiro, acabara de chegar a capital potiguar.

Estas mudanças eram expressas pelas artes de modo geral, todavia os meios de comunicação local mantinham uma política conservadora, a exemplo o jornal A Ordem, porém o jornal A República mostrava à população local o que estava acontecendo no mundo, esta postura insuflava as jovens mulheres potiguares a se informarem cada vez mais e em conseqüência a se posicionarem diante dos acontecimentos, ou seja, o jornal A República de forma muito sutil tornava-se um veículo formador de opinião pública usando para este fim um discurso em prol da modernidade. A modernidade postulava a igualdade entre homens e mulheres, e assim era exposto pelo jornal A República, com editoriais imparciais a respeito diferentemente do que ocorria com as publicações do jornal A Ordem, no qual era impregnado da ideologia tradicionalista e conservadora da maior parte da sociedade local. (Ver anexo H).

EDUCAÇÃO:

A República, ANO LXI - N.º 139 – Natal/RN, domingo, 18/06/1950.

LITERATURA E FUTILIDADE (REINALDO M. DE AGUIAR)

Hoje em dia, é moda falar-se em literatura. Mocinhas com ar de inocência brejeira estampada no rosto manchado de rouge e baton, freqüentam as livrarias e compram livros volumosos de trinta, quarenta demais cruzeiros, e saem risonhas, embravecidas, com ar de superioridade de literária, a deliciar com antecipação de horas, as aventuras e emoções que encontrarão por certo naquelas centenas de páginas. Noto numa questão toda particular a louca preferência que essas moças (pobres moças!) malignamente influenciadas por levianos conselhos modernos. Tem pelos livros de leituras chamadas fortes, como se

quisessem dizer-nos, à viva voz, que não temem no absoluto, as críticas mordazes de seus fulanos...

Com as inovações que nos trouxe a inevitável evolução do tempo; como a concorrência que o belo sexo faz aos homens, disputando com eles colocações nos escritórios; concorrendo aos mesmos concursos, não é de admirar que escolham à vontade os seus livros...

Certa vez assisti em uma de nossas livrarias, um episódio ligeiríssimo em que tomaram parte o proprietário da mesma e uma dessas moças tipo última edição Zuzana Flag. Eu fiquei somente como espectador. Alias, entusiasta e interessado espectador.

Olhava uma das estantes, quando ouvi os passos miúdos e saltitantes que distinguem as filhas de Eva. Solicito com um sorriso mais comercial que literário nos lábios, o dono aproximou-se perguntando o que ela queria. A resposta foi simples e vaga: um romance...

Ora, para uma livraria de bom estoque, era o que havia de mais fácil. Entretanto, o caso ali era diferente. Vai daí e começa a citar nomes sobrenomes de romances o mais que prestimoso, Érico Veríssimo e outros, num desfile elegante de graça emocionadora. Indiferente a todos aqueles nomes a moça fez o gesto mais terrivelmente paulificante jamais visto por mim, e pediu, numa voz que não admitia réplica, um romance moderno. Analisando, então, mais detidamente, a freguesa, o negociante passou, sorrindo, por trinta e cinco cruzeiros, uma dessas traduções de qualquer romance americano adaptado a filme, enquanto “olhai os lírios do campo”, “ressurreição” e outros, ficaram silenciosos nas prateleiras...

Isto, no entanto, não acontece somente à classe feminina, não. Já vi rapazes “granfiníssimos” enjaitarem os maiores nomes da literatura universal, para adquirir, cheios de pose cinematográfica, “Farrapo Humano” ou outro equivalente. A questão é que seja moderno. O primordial é que fale de problemas indecifráveis, de carros luxuosos, de mulheres deslumbrantes, de night-clubes, de uísque...

Depois satisfeitos e confiados, falam em literatura, convencidos de que a meia dúzia de frívolos “romances modernos” deu-lhes, base suficiente para discutir e; o que é infinitamente pior, criticar a literatura, chegando até, para cúmulo dos horrores a apregoar que a literatura brasileira é insignificante e vazia...

Impregnados da onda do modernismo e influenciados pelos exemplos das películas extravagantes deixam-se levar pela frivolidade... E quando um desses rapazes super-

modernizados procura o contato dos livros sérios recebe incontinentemente o nome de maluco ou deslocado do ambiente moderno. E com que ênfase, com que elevação autoritária falam deste ambiente moderno. Lamentavelmente, a mocidade deixou-se levar em demasia pelas lições que os norte-americanos nos trouxeram, ou melhor, não sabe discernir o sério do espalhafatosos...

O que não está saturado atualmente de modernismo, é condenado à reclusão. Os livros dos mestres ficam adormecidos nas livrarias, enquanto as traduções de modernas novelas e romances americanos e ingleses, com hábitos e personagens que não absolutamente nossos, avassalam o comércio do livro, e tem procura ansiosa da parte dos seus leitores enchendo milhares de cabeças com os pensamentos mais estapafúrdios do mundo e de cruzeiros, centenas de bolsos dos editores golpistas...

Os proprietários de casas, editoram, anunciam em jornais e revistas que o consumo de livros aumentou consideravelmente nos últimos cinco anos. Não se há de discutir tal assunto. O que nos deixa alarmados, é a qualidade de leitura que mais de setenta por cento de brasileiros faz hoje em dia. E, entre a quantidade improfícua e a intensidade que ensina e constrói, preferimos, com muito bom senso, a última.

A educação na sociedade da década de 50 era um tema impregnado de conservadorismo. Todavia, o jornal A República não adotava uma postura radical a respeito do assunto, pois o que estava exposto, através das suas linhas escritas, é que a mocidade a qual estava sendo influenciada pela modernidade estava deixando os grandes clássicos literários por outras obras não tão conhecidas, como também era desconhecido o conteúdo. Seria uma espécie de alerta para que os pais não descuidassem da educação dos seus filhos, isto referente ao campo da intelectualidade em relação a formação comportamental dos mais jovens o jornal A República não atribuía valores e padrões preestabelecidos pela sociedade local como ocorria com jornal A Ordem, em especial no que se tratava da educação das jovens senhorinhas, que deveriam se preparar apenas para o matrimônio por ser a finalidade primordial da mulher. (Ver anexo I).



DIVÓRCIO:

A República, ANO LXI – N.º 22 – Natal/RN, sábado, 28/01/1950.

PELO MUNDO

O CASO DE ROSSELINI , INGRID BERGMAN

Roma (APLA) – Está ainda dando o que falar o caso Rosselini – Ingrid Bergman, cujo próximo e provável casamento é assunto que está despertando interesse mundial.

A corte de apelação em Turim confirmou, há dias, a sentença do Tribunal vienense que anulou o casamento do produtor cinematográfico italiano com Marcelle do Marchis, e esse julgado da corte turinense está sendo agora atacado pelo jornal “Quotidiano”, da “ação católica”, sobre fundamento de que, desde a concordata de 1930, entre Mussoline e o Vaticano, “o estado italiano reconheceu a igreja católica romana como única autoridade canônica competente para decidir sobre casamentos, e que , assim sendo, os tribunais italianos e estrangeiros não tem competência para pronunciar qualquer julgamento sobre casamentos realizados depois daquela concordata”.

O “Quotidiano” pleiteia do parlamento leis que proibam a validação de sentença de divórcio concedidas no estrangeiro e casamentos entre italianos.

O divórcio para a sociedade natalense era algo inadmissível, pois ia de encontro com os preceitos religiosos vigentes, o catolicismo, o qual prega que o matrimônio é indissolúvel. Entretanto, este assunto polêmico para a sociedade dos anos dourados era exposto para o público do jornal A República de forma justa, ou seja, sem paixões, contrário ao que era constantemente difundida pelo jornal A Ordem que devido ao seu cunho ideológico se declarava contrário ao divórcio e a todos que o defendessem. Pode-se melhor identificar esta assertiva a partir das publicações dos dois jornais a respeito da separação da atriz sueca Ingrid Bergman, na qual foi tratada pelo jornal A Ordem como leviana, diferentemente do tratamento dado sobre este assunto pelo jornal A República, que o apresentou de forma bastante imparcial. (Ver anexo J).

MODA:

A República, ANO LXI – N.º 25 – Natal/RN, quarta-feira, 01/02/1950.

PELO MUNDO

TABU O VESTIDO DE “SOIRÉE” CURTO PENSAM AS MOCINHAS BRITÂNICAS.

Londres (B. N. S.) – Embora muitos modistas depositem suas esperanças nos novos vestidos, para noite, de saia curta, os revendedores informam que, até agora no que diz respeito às suas jovens clientes, o pouco comprimento do vestido é tabu. As mocinhas se queixam amargamente de que quando chegaram à idade de trajar fascinantes vestidos longos, lhes são oferecidos modelos que, conquanto possam parecer “SOPHISTICATED” e bem... mais ajustado a gente com mais idade, não representam o seu ideal de beleza.

Em suma, querem vestidos que sugiram um romance de olhares langorosos com bailes ao luar. Arthur Bancks, modista londrino, que já lançou vários êxitos e, há pouco esteve seis meses em Paris para estudar as tendências da moda, concorda de corpo e alma com as garotas de 18 anos. Já desenhou uma série de vestidos WINTERWALTER que terão saias compridas, amplo decote, flores e, possivelmente, a vantagem de agradar as criaturas sonhadoras.

A moda era o assunto, em especial, tratado com mais rigor pela mídia, pois as modernidades que eram expostas nos corpos das mulheres que tinham coragem de ousar mais que outras, causavam um certo frisson em toda a sociedade. As silhuetas das filhas de Eva, assim denominadas pelos colunistas, eram marcadas, os decotes e transparências eram cada vez mais usados e ousados, dessa forma o aspecto da modernidade mais exposto e mais combatido era a moda por estar visivelmente nas ruas da cidade. A República tratava sobre a moda sagazmente, pois apesar de dar um tom mais moderado ao assunto, não deixava de divulgar as novidades que estavam em alta, assim seu público sempre estava bem informado sobre o que havia de mais recente na moda natalense.

O ideal de mulher moderna para o jornal A República era a mulher bem informada que estivesse envolvida com os acontecimentos ocorridos na sociedade. O seu posicionamento, enquanto formador de opinião pública no mundo moderno, era de tornar a modernidade conhecida, desmistificando seus valores através das entrelinhas de seus editoriais. No mercado jornalístico local se pode identificar o diferencial primado pelo jornal A República em suas publicações relacionadas à mulher, a imparcialidade das informações, ou mesmo a simpatia por parte de alguns colunistas como Al Neto, sobre as atividades e conquistas femininas adquiridas pelo mundo. (Ver anexo L).

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho é de contribuir para história cotidiana das mulheres, identificando através da realidade social da mulher moderna, como foi constituída a sua representação e assim possibilitar a construção da imagem do feminino na modernidade, contrariando o estigma destinado a mulher dentro da historiografia, que a relega a uma diminuta importância.

A história genérica sobre a mulher sempre foi um tema controverso na historiografia devido ao aspecto preconceituoso disseminado pela sociedade em geral e adotado pelo meio acadêmico como uma política a ser perpetuada. As mudanças começaram a ocorrer a partir das ações adotadas pelos ativistas feministas que se contrapuseram a um sistema social estabelecido nas diferenças do sexo, adotando então, a categoria do gênero como base fundamental para a análise da historiografia para que fosse possível construir a história do homem universal a partir de uma nova abordagem social.

Todavia, ao recorrer à história tradicional, se identifica a relativa perda de status da mulher no contexto macro da historiografia. A origem deste posicionamento que a situa num patamar inferior é de natureza social. Se faz necessário medidas que venham a reavaliar tal situação, pois os padrões preestabelecidos fazem parte de um contexto ultrapassado que destina à mulher uma posição subjetiva na historiografia contemporânea.

A abordagem deste estudo se propõe a tornar a mulher sujeito presente dentro da discursividade acadêmica, pois as mulheres do século XX se impuseram a partir do movimento feminista e se tornaram ativas num sistema preestabelecido como masculino. Propuseram-se a uma desmistificação deste sistema, rompendo tabus, subvertendo valores e rejeitando quaisquer normas coercitivas, estabeleceram um movimento de contracultura.

Neste estudo se encontram duas representações de mulher a partir da análise feita através dos artigos publicados pelos jornais locais, A Ordem: a mulher tradicional, recatada e submissa ao sistema local, que limita suas ações femininas ao âmbito do lar engrandecendo apenas as virtudes domésticas; A República: a mulher que através da informação busca modificar sua realidade social a partir de elementos que possam torná-la mais participativa no seu meio social e, conseqüentemente, tornando-o mais igualitário.

A partir das leituras feitas com base nos jornais acima citados, pode-se concluir que eles têm propositalmente construídos dois modelos de percepção do universo feminino: no jornal A Ordem, por pertencer à igreja católica local, o que se apreendeu da sua leitura foi

uma perspectiva tradicionalista e conservadora, com o objetivo de manter a mulher presa a um sistema social patriarcal, enquanto na República identificou-se um discurso que estava em consonância com os propósitos mais liberais do pensamento modernista.

Todas as ações referentes à atividade humana são consideradas objetos de análise para a história cultural. Portanto, a ação das mulheres dentro do seu universo social é tão importante para o estudo histórico quanto os tradicionalmente analisados, assim sendo, torna-se impossível não dar a devida importância à mulher na historiografia atual.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A ORDEM, Natal, 1950-1952.

A REPÚBLICA, Natal, 1950-1951.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENHABIB, Sheila; CORNELL, Drucila. **Feminismo como crítica da modernidade**. releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. **Faces de mulher no Brasil das décadas de 1960 e 1970**. 2002. 85 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa : Difel, 1990.

GALLOP, Jane. **The Daughters Seduction: feminism and psychoanalysis**. New York: Cornell University Press, 1982.

GAYLE, Rubin. **The traffic in women: notes on the political economy of Sex.** New York: Monthly Review Press, 1975.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: modernismo e modernidade.** São Paulo: Loyola, 1992.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

LACAN, Jacques. **Seminaire I: les écrits techniques de Freud.** Paris: Seuil, 1975.

MORAIS, Maria A. Câmara de. **A mulher em nove versões.** Natal: EDUFRN, 2001.

MARDER, Herbert. **Feminismo e arte: um estudo sobre Virgínia Woolf.** Chicago: [s.n.] c 1968.

NAVARRO, Márcia Hoppe. **Rompendo o silêncio.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1955.

NOSSO SÉCULO – 1940-1950. São Paulo: Abril Cultural.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Míriam Pillar. **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Mulheres, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente: o século XX.** Porto: Afrontamento, 1991.

RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis.** 3. ed. Brasília: CEGRAF, c 1993.

SaHET, Rachel

THÉBAUD, Françoise. **Ecrire la histoire des femmes**. 2. ed. Paris: ENS Editions

ANEXOS

ANEXO A: textos jornalísticos do jornal A Ordem referentes a moralidade.

A Ordem, ANO XVI - N.º 4775 – Natal/RN, sexta-feira, 11/02/1952.

MORALIZAÇÃO DO TEATRO

Entendimentos com os empresários contra o nudismo.

Rio 11 – O Sr. Cícero Brasileiro de Melo, delegado de Costumes e Diversão vai ter um entendimento com os empresários teatrais, afim de moralizar o teatro, principalmente o de revista, que não preza mais os bons costumes. Entre as medidas a serem reclamadas está a de que as artistas sejam mais vestidas e reprimir alterações de textos já censurados, o que vem sendo feito com muita frequência.

A Ordem, ANO XVI – N.º4794 – Natal/RN, segunda-feira, 04/02/1952.

O QUE OCORRE NO BRASIL NOTICIÁRIO DA RADIOPRESS CONTRA A IMORALIDADE.

Recife – 4 – O Diário da Noite denuncia que a Cia. De revista de Bolso “Dercy Gonçalves” está levando uma série de espetáculos, grosseiramente imorais a que comparecem respeitáveis famílias burguesas e até menores, pedindo atenção do juizado respectivo.

ANEXO B: texto do jornal A Ordem referente à família

A Ordem, ANO XVI – N.º 4766 – Natal/RN, segunda-feira, 31/12/1951.

NOVO MATRIARCADO (OTTO GUERRA)

Como se sabe, entre os sistemas de organização da família, não como uma evolução fatal, mas como um dos tipos coexistentes em determinado tempo e em determinado espaço, surgiu o matriarcado. Por ele, a mulher teve a prevalência na vida familiar, diferindo, assim do patriarcado, em que a direção compete ao pai.

Em nossa vida ocidental, e mesmo na generalidade do mundo “moderno”, vem prevalecendo o sistema patriarcal . Não é que a mulher deixe de ter sua influência, por

sinal tão decisiva. Mas o pai tem os direitos de chefe da sociedade conjugal e dessa prerrogativa decorre uma série de conseqüências.

Sociólogos modernos, entretanto, estão achando que nas civilizações ultra complexas de nossos dias marchantes novamente para um tipo especial de matriarcado. O homem, absorvido pela conquista do pão cotidiano, pelo trabalho cada vez mais absorvente, está se afastando mais e mais de casa, crescendo, assim, o papel da mulher na educação dos filhos, na direção geral do lar.

Não sabemos até que ponto é verdadeira a tese, porque outros fatores concorrem no sentido contrário, uns afastando igualmente a mulher do lar, obrigando-a ao TRABALHO FORA DE CASA.

Há também modernos elementos de fixação do homem por mais horas em casa, inclusive a televisão.

Enfim, estamos num mundo em plena ebulição e qualquer afirmação categórica arrisca-se muito a ser desmentida pelos fatos. O certo é que há um perigo de desagregação da família e tudo devemos fazer para que a família desempenhe o seu papel.

ANEXO C: textos do jornal A Ordem referentes à igualdade social.

A Ordem, ANO XVI – N.º 4492 – Natal/RN, sexta-feira, 19/01/1951.

ESTATUTO DA MULHER CASADA

Quando Deus criou a mulher, quis dar ao homem “um auxiliar semelhante do mesmo” narramos o livro do Gênesis, cap. 2. V. 18.

Será, então que marido e mulher devem ser tratados em pé de absoluta igualdade, ou haverá alguma hierarquia na sociedade conjugal?

Santo Agostinho falava numa “ordem do amor”, o que, na explicação do papa PioXII, em sua afamada encíclica “GASTI CONNUBI”, sobre o matrimônio cristã, implica no primado do marido, como chefe da sociedade conjugal e paterna, sobre a mulher e filhos, assim como na submissão pronta da mulher e espontânea obediência, segundo àquela recomendação do Apóstolo São Paulo:

“Que as mulheres sejam submetidas a seus maridos como ao senhor, porque o homem é o chefe da mulher, como o Cristo é o chefe da igreja.”(Efés. V. 22-23).

Mas logo se apressava o mesmo pio XII em acentuar que tal submissão nem nega, nem vem abolir a liberdade que de pleno direito pertence à mulher, tanto em razão de suas



prerrogativas como pessoa humana como em razão das nobílimas funções de esposa, de mãe e de companheira do homem. E afirmava peremptoriamente que a mulher não pode ser equiparada aos menores, segundo os princípios jurídicos.

O que a doutrina social católica interdiz é essa licença exagerada, que negligencia o bem da família, esquecida de que se o marido é a cabeça, a mulher é o coração, possuindo o primeiro o primado do governo e esta última o primado do amor.

Segundo a lei brasileira (cód. Civil], art. 242) a mulher casada não pode, sem autorização do marido: I- Praticar os atos que estes não poderia, sem o consentimento da mulher; II- Alienar ou gravar de ônus real os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens; III- Alienar os seus imóveis de outrém; IV- Aceitar ou repudiar herança ou legado; V- Aceitar tutela, curatela ou outro nomes públicos; VI- Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251; VII- exercer profissão VIII- Contrair obrigações que possam importar em alheação dos bens do casal; IX- Aceitar mandato.

Comentando este artigo, Clovis explicava existirem por ser o marido o chefe da sociedade conjugal, que aumenta os poderes dele, sem, aliás, reduzir a sua companheira à condição de verdadeira incapacidade, pois, acrescentava, “são consideráveis os seus direitos, segundo se verá dos arts. 246 a 251”.

Por sua vez, carvalho Santos (Cód. Civil Brasileiro Interp. V. 2) no seu comentário ao mesmo art. Diz que o código “não coloca a mulher em plano inferior, nem a julga incapaz”.

Restringe seus direitos, tão somente como um meio de conciliar a sua ação com a posição do marido na chefia da sociedade conjugal.”

Entretanto já se quer uma mudança.

Otto Guerra.

A Ordem, ANO XVI – N.º 4493 – Natal/RN, sábado, 20/01/1951.

MULHER CASADA

(OTTO GUERRA)

Vimos que nem todos os juristas brasileiros acham tão injusta quanto a outros parece a situação legal da mulher, segundo nossas leis. Há porém um grupo de feministas, seguindo os quais (e também as quais) tudo anda muito errado, a mulher está numa

espécie Segunda classe. Como se o código civil também não tivesse colocado um sistema de freios para o homem. Exemplo?

É só consultar o art. 235 do cód. Civil. Ele não pode, sem consentimento da mulher, qualquer que seja o regime de bens: I- Alienar, hipotecar, ou gravar de ônus real os bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, II- Pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens e direitos; III- Prestar fiança; IV- Fazer doação, não sendo remuneratória ou de pequeno valor, com os bens ou rendimentos comuns. Trata-se, como diz Clovis, de restrições evidentes aos direitos do marido, “em atenção aos interesses superiores da família”, imprimindo ao sistema do cód. Brasileiro “uma feição inconfundível”.

Agora, um grupo de deputados está disposto a promover o que eles chamam “a igualdade de direitos para a mulher casada”, com a revogação das restrições a capacidade da mulher casada constante do art.242 e parágrafos do código civil. Como se não houvesse igualmente restrições aos direitos do marido...

E já vimos que não se trata de restrições à capacidade de ninguém. São providências emanadas em benefício da harmonia conjugal e da hierarquia que deve existir em toda a sociedade. Tanto que se o marido se obstina infundadamente em dar o seu consentimento, a lei permite o suprimento do consentimento pelo juiz.

Agora, porém a nova lei pretendida visando dar liberdade, virá possivelmente criar mais casos.

A mulher poderá exercer livremente a profissão que entender, inclusive a não ser que judicialmente “o marido se oponha, julgando essa profissão incompatível com a vida em comum”.

Antes o assunto ficava restrito a discricção do lar. Agora tem que sair à luz da publicidade num processo que afrouxará ainda mais as pedras do lar...

Não acreditamos, que a família brasileira, nem as próprias mulheres tenham nada a lucrar com essas inovações. Antes julgamos que se terão maiores abalos na comunhão moral da vida familiar, tão indispensável à estabilidade de um povo.

A Ordem, ANO XVI – N.º 4799 – Natal/RN, sábado, 09/02/1952.

ÁLCOOL E MULHER

Com maior liberdade de costumes que existe atualmente na sociedade está se tornando mais comum o uso e abuso entre as mulheres de bebidas fortes. Talvez a principal causa deste mau hábito seja o desejo que tem muitas mulheres de mostrarem modernas e

livres, sem levarem em conta o que fica ou não para uma dama de sociedade que se preza de ter liberdade suficiente para escolher o que convém. Aliás com o cigarro se observa a mesma coisa e isso é resultante que sempre se observa quando há um movimento tendente a modificar uma linha geral dos costumes: o exagero. Só com o correr do tempo é que se atinge o normal, o tempo médio ideal .

Quase tudo que se pode dizer sobre o álcool com relação a mulher, se pode afirmar relativamente ao cigarro.

Se as bebidas alcoólicas causam prejuízos ao organismo masculino, muito mais perturbam a constituição feminina. Já demonstraram os médicos que os tecidos nervosos das mulheres são muito mais facilmente destruídos que os masculinos e que todos efeitos alcoólicos constatados no homem são mais acentuados na mulher.

Acresce o fato de que o vício na mulher é muito mais dificilmente extirpado do que no homem.

O álcool para a gestante tem influência ainda mais perniciosa, pois seus efeitos maléficos se vão refletir diretamente no pequeno nascituro que sofrerá as conseqüências dos desejos de parecer moderna de sua descuidada mãe.

A Ordem, ANO XV – N.º 4403 – Natal/RN, terça-feira, 26/09/1950.

CASOS E COISAS

É muito discutido o tema da prudência entre os homens e as mulheres. Há correntes que afirmam ser o “sexo – fraco” mais prudente do que o oposto. O assunto sempre vem a baila quando se conversa a respeito de desastres.

Mesmo em bate-papo amigável, em casa de amigos, ou em esquinas, podemos tirar conclusões em favor das mulheres, pois na realidade elas são mais cuidadosas quando tratam de coisas que somente competiriam aos homens, como, por exemplo, dirigir automóveis. Parecem que temem às críticas, e capricham em desempenhar-se a contento. Isto se dá com aquelas que guiam auto, ou qualquer outro veículo, parecendo que as filhas de Eva mantêm maior controle de nervos ante o perigo iminente.

A propósito, liamos numa reportagem distribuída pela APLA, que as estatísticas sobre desastres, nos Estados Unidos, dava razão às mulheres. Começa a publicação dizendo que os acidentes fora de casa são mais comuns para os homens e os dentro de casa para as mulheres. Adiante, afirma que segundo o departamento de trabalho com mulheres é

50 por cento mais alta em lugares onde o trabalho é mais pesado e mais fatigante. Ai, elas se tornam fracas.

Em compensação, a defesa veio em seguida, quando se concluiu que em geral, nas fábricas, as mulheres trabalham com mais segurança do que os homens.

Com referência ao desastres de automóveis(referimo-nos àqueles que são motivados por imprudência dos motoristas)os homens sofrem duas vezes mais acidentes do que as mulheres. Em recente estudo, constatou-se que nem um milhão de milhas percorridas, os homens sofrem 2,85 acidentes; e as mulheres apenas 1,79. Também revelou a estatística do departamento de trabalho que em média geral o pedestre vitimado é do sexo masculino.

Vemos, portanto, pelas insofismáveis afirmativas dos números estatísticos, que a mulher leva a melhor nessa questão de prudência. E não se pense que é apenas nos estados Unidos. A prudência feminina prevalece em toda parte, sendo numerosos os casos em que os “conselhos de mulher tem salvo muito cabra macho...”

Aqui em Natal, apesar da grande disparidade da comparação com uma cidade como Nova Iorque, os desastres são ocasionados entre homens, raro registrando a crônica policial em atropelamento ou uma abalroação motivados pela imprudência de qualquer amadorista do volante .

Não sabemos se essa virtude feminina é medo de morrer, ou de machucar alguém, mas o fato é que elas dirigem com moderação, não esquecendo nunca de apitar, e apitam até mais do que o necessário, nas curvas, não desobedecem as regras do trânsito, e nem gostam de olhar para os lados, coisas que os homens estão sempre contrariando, embora paguem cara as “fitas” que tentam fazer no duro realismo de num tráfego intenso, ou ao fazer uma curva em excesso de velocidade.

Os motoristas devem ter em mente que a prudência sempre é uma espécie de elixir da vida...

M. de A .

ANEXO D: textos do jornal A Ordem referentes ao trabalho feminino.

A Ordem, ANO XVII – N.º 4820 – Natal/RN, sexta-feira, 07/03/1952.

AS MULHERES NORTE –AMERICANAS OCUPAM ALTOS CARGOS.

Nações Unidas, Nova York, 6 – As mulheres norte-americanas estão participando de modo crescente das atividades do governo federal e dos governos de 48 estados, informou um relatório apresentado pela delegação norte-americana às Nações Unidas, respondendo a um questionário distribuído pelas Nações Unidas sobre “as mulheres em cargos e funções públicas”.

Atualmente existem cerca de quinhentas mil mulheres a serviço do governo federal, o que representa “progresso sensível na última década, tanto em número como na escolha para posições de responsabilidades”.

A Ordem, ANO XVI – N ° 4548 – Natal/RN, quarta-feira, 28/03/1951.

O TRABALHO FEMININO

As mulheres faltam mais que os homens – casadas e solteiras – comparativo com os homens, curioso inquérito.

Estocolmo (BISI) – Uma comissão mista formada por representantes da associação de empregadores da Suécia e pela união Geral de Trabalhadores, acaba de publicar suas conclusões sobre os salários das mulheres empregadas na indústria, que foram objeto de um detido estudo de dois anos pela referida comissão.

Resulta desse estudo que o nível médio dos salários das mulheres na indústria correspondeu em 1949 a 71,3% dos homens considerando-se que a diferença é devida em grande parte à maior proporção de faltas das operárias e à sua falta de especialização. Uma investigação de um grupo de 30.000 operários de ambos os sexos demonstrou que as faltas das mulheres sobem ao dobro das dos homens, sendo os algarismos de 12 e 6%, respectivamente. As mulheres casadas apresentam mais horas de trabalho perdidas do que as solteiras. Por outro lado, as mulheres mais bem pagas faltam menos, o que parece indicar que, ao diminuir a carga do trabalho caseiro, seja por serem maiores as crianças ou porque a operária pode pagar uma pessoa que a ajude em casa, a ausência ao trabalho tende a diminuir. Verificou-se que para os homens as circunstâncias parecem ser contrárias a homens casados que os solteiros e mais os mais bem pagos do que os que recebem salários baixos.

PROPÔE-SE MENOS DIAS DE TRABALHO COM JORNADAS MAIS LONGAS.

No relatório da comissão propostos certos meios para reduzir a grande proporção de ausências das operárias, deixando completamente livres dois dias por semana e

aumentando a jornada nos demais. Considera-se impossível empregar na indústria operárias que trabalham meio dia, também se propõe a formação em escolas profissionais para especializar-se no ofício como meio de aumentar o interesse pelo trabalho.

A comissão calcula em princípio, que o mesmo trabalho deve merecer igual retribuição, independentemente do sexo de quem o executa. Salienta-se, contudo que os problemas a resolver a este respeito são de índole muito diversa, não podendo ser tratados em bloco e, portanto, os resultados do estudo da comissão serão discutidos na comissão do mercado do trabalho, integrada por empregadores e operários, afim de que esta adote a decisão que convém.

ANEXO E: textos do jornal A Ordem referentes a educação.

A Ordem, ANO XVII – N.º 4873 – Natal/RN, quinta-feira, 15/05/1952.

PERIGA A JUVENTUDE

Paris, 13 – O Cardeal Jules Gerand Saliege, Arcebispo de Toulouse disse que uma crise de imoralidade está varrendo a França, atingindo particularmente a infância”.

As meninas são geralmente mais imorais que os meninos, diz o prelado católico em artigo publicado no semanário “Semaine Religieuse”.

[...] A primeira causa dessa denuncia da queda de moralidade é a escola mista. Mas diz que há outras influências.

“As crianças de hoje não dormem bastante, tomam café e até álcool. Os esportes e os exercícios escolares contribuem para a fadiga. Sofrem de instabilidade nervosa. Isto é verdade para as meninas mais do que para os meninos. Deixados sem vigilância aos domingos, as crianças presenciam – porque procuram ver sem serem vistas – atos imorais cometidos pelos adultos. Sua curiosidade é ao mesmo tempo precoce e doentia”.

A Ordem, ANO XVII – N.º 5019 – Natal/RN, quarta-feira, 19/10/1952.

CASOS E COISAS

UM PROJETO OPORTUNO

O Deputado Abelardo Calafange apresentou na câmara federal, um oportuno projeto que prevê a instituição e funcionamento de cursos de puericultura nos estabelecimentos de ensino feminino ou misto que recebam subvenção ou auxílio federal.

Na sua justificativa, o parlamentar conterrâneo ressaltou com precisão de conhecedor do assunto a necessidade dessa cadeira nas escolas freqüentadas por moças, afim de que as mesmas desde cedo, tivessem os esclarecimentos indispensáveis à maternidade e problemas da criança, já que a vocação natural da mulher é o casamento.

M. de A .

ANEXO F: texto do jornal a Ordem referente ao divórcio.

A Ordem, ANO XVII – N.º 5047 – Natal/RN, terça-feira, 23/12/1952.

1.333 desquites para 14.186 casamentos, 71.000 nascimentos para 32.832 óbitos.

Rio, 23 (News Press)

Enquanto o divórcio não chega as varas de família do foro desta capital, estão atulhadas de processo de desquites, a falsa solução para o problema da desarmonia conjugal.

Neste caso quando a mulher é considerada como culpada da separação perde até o direito de usar o nome do marido, ficando em situação idêntica a da divorciada, não tendo, contudo, a oportunidade de contrair novas núpcias sob a pena de ser processada por bigamia.

ANEXO G: textos do jornal A Ordem referentes a vaidade e moda.

A Ordem, ANO XVI – N.º 4701 – Natal/RN, segunda-feira, 08/10/1951.

A BELEZA É OBRIGAÇÃO.

A mulher tem obrigação de ser bonita. Hoje em dia só é feio quem quer. Essa é a verdade. Os cremes protetores para a pele se aperfeiçoam dia-à-dia.

Agora já temos o creme de alface “brilhante” ultraconcentrado que se caracteriza por sua ação rápida para embranquecer, afinar e refrescar a cútis.[...]

A Ordem, ANO XV – N.º 4323 – Natal/RN, sábado, 17/06/1950.

CASOS E COISAS

A vaidade na mulher é indispensável como a água ao peixe. É coisa que nem o criador quis tirar, mesmo depois do pecado de Eva. As mulheres ficaram assim, com um adorno natural, porém invisível.

Não pretendemos, - e quem para isto se atreveria? Tentar descrever o que representa para o sexo frágil a vaidade feminina. O que desejamos aqui, é tocar justamente num ponto onde a vaidade feminina é mais sensível : a questão da idade.

Dizem os antigos que as mulheres morrem velhas negando ou diminuindo a idade. Não sabemos se nesse assunto a regra terá exceção. Mas que elas gostam de dizer a idade certa é coisa que se duvida com justificada razão. Ninguém deseja ser “balzaquiana”... como se negando a idade as mulheres pudessem alterar a marcha inexorável do tempo. E até dizem que “cabelo branco não é sinal de velhice”, e que a vida começa aos 40.

Por todos esses motivos e talvez por outros que não nos compete averiguar, uma carioca, se ocultando sob pseudônimo, consultou ao tribunal superior eleitoral “se era possível não constar nos títulos eleitorais das mulheres as respectivas idades, pois muitas deixam de ser eleitoras por descobrirem sua idade.” (telegrama de jornal).

Ai temos, nesse pedido de consulta, mais uma afirmativa do medo que as mulheres tem de dizer a idade certa. Não sabemos se o pedido será deferido, achando, por outro lado, que os políticos tomarão interesse por uma solução favorável ao desejo da carioca, de vez que assim poderão aumentar o número de eleitoras. Essa questão de idade, em política, não se deve levar em conta, de vez que aos dezoito anos poder-se-á comparecer às urnas. E com essas “primaveras”, as mulheres não terão receio de votar pensando que outros poderão ter a impressão de que todas são “brotinhos”...

Ah! Vaidade feminina.

M. de A .

A Ordem, ANO XVII – N.º 4809 – Natal/RN, quinta-feira, 21/02/1952.

AS MOÇAS NÃO PODEM BANHOS COM RAPAZES “BIQUÍNIS E CONCURSOS”

Buenos Aires. 20 – A alta direção da ação católica da Argentina proibiu terminantemente às moças, suas associadas que freqüentem banhos de mar com rapazes e que, mesmo

sozinhas usem maiôs, “biquíni”. Também foram as moças da ação católica argentina proibidas de tomar parte em concursos de beleza de rainha com a apresentação de corpo semi despido.

ANEXO H: textos do jornal a República referentes a igualdade social.

A República, ANO LXI - N.º 89 – Natal/RN, sexta-feira, 21/04/1950.

CONCESSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DA MULHER
PROMULGADA A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE BOGOTÁ.

Rio, 20 – O presidente da república, assinou decretos, tornando públicas as ratificações por parte do equador, da República Dominicana e de Cuba, da convenção inter-americana sobre a concessão dos direitos políticos à mulher, firmado em Bogotá, a 2 de maio de 1948, por ocasião a IX conferência internacional americana; e promulgando a convenção inter-americana sobre a concessão dos direitos políticos à mulher, também firmada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, por ocasião da IX conferência internacional americana.

A República, ANO LXI – N.º 24 – Natal/RN, terça-feira, 31/01/1950.

EQUIPARAÇÃO DA COMPANHEIRA À ESPOSA

Rio, 30 – A comissão de justiça que equipara a companheira à esposa para os fins de pleitear alimentos, pensão, montepio e meio soldo, adotando as seguintes modificações: “Entende-se como companheira a mulher solteira, viúva ou desquitada que tenha vivido matrimonialmente com o homem que, sem justa causa, inteiramente dedicada a ele e sob a sua dependência econômica, durante, pelo menos os cinco anos mediatamente anterior ao abandono, ou aos dois que tenham precedido à morte. Tendo sido o desquitado cônjuge culpado e vivendo a esposa honestamente, não terá a companheira direito a pleitear alimentos com prejuízo dos que sejam devidos à primeira.

Do mesmo modo, quanto à penso, montepio ou meio soldo, no caso de culpa do cônjuge desquitado, não terá direito a companheira senão sem prejuízo do que seja necessário à subsistência da viúva”.

A República, ANO LXI – N.º 24 – Natal/RN, terça-feira, 31/01/1950.

PELO MUNDO

PREOCUPAÇÃO E JUVENTUDE

Nova York (ONA) – As pessoas devem enfurecer-se com as cousas que as aborrecem e tomar parte nos conflitos diários, se quiserem conservar a juventude e viver muito, este é o surpreendente conselho de Mary M. Ryan, de 89 anos, Co- fundadora e vice-presidente de um grupo de escolas do comércio nos Estados Unidos.

Mary Ryan, que acaba de regressar de uma visita de seis meses a Europa, é uma prova viva da veracidade do seu argumento; “tome interesse por tudo e mantenha o espírito sempre ocupado”, diz ela. “e isto significa tomar parte nos conflitos e manifestar a sua opinião. Assim, poderá conservar a juventude”.

ANEXO I: texto do jornal A República referente à educação.

A República, ANO LXI – N.º 12 – Natal/RN, terça-feira, 17/01/1950.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES

PÇA PEDRO II – NATAL – RIO GRANDE DO NORTE

Mantém os cursos : Pré-primário, primário, comercial, ginásial e colegial.

Para completar a esmerada educação que V. S. vem dando a suas filhas, matricule-as neste moderar estabelecimento, onde lhes serão ministrados ensinamentos que as habilitarão para a sua nobre missão feminina, no lar, na sociedade e na pátria.

Abertura da matrícula no curso primário: 15/01/1950.

A diretoria.

ANEXO J: textos do jornal A República referentes ao divórcio.

A República, ANO LXI – N.º 28 – Natal/RN, sábado, 04/02/1950.

O DIVÓRCIO DE INGRID BERGMAN

Juares (México), 3 – O juiz presidirá o processo de divórcio que Ingrid Bergman neste país, mostrou-se surpreendido ao ouvir a notícia que essa atriz dera à luz uma criança.

Ao lhe ser comunicado o nascimento do menino, o juiz sorriu e disse: “bem quer parecer que os fatos andam à nossa frente”.



A República, ANO LXI – N.º 65 – Natal/RN, quarta-feira, 22/03/1950.

PEDIU O DIVÓRCIO “MISS AMÉRICA DE 1949”.

Santiago(Califórnia), 21 – A loira Frances Cleyd, mãe de três filhos, que foi “Mrs. América de 1949”, acaba de pedir divórcio contra o marido por “crueldade física e mental”.

Seu esposo, mecânico de automóveis na época do concurso, havia-se declarado orgulhoso das homenagens prestadas à sua mulher mas parece ter mudado de opinião...

ANEXO L: textos do jornal a República referentes à moda.

A república, ANO LXI – N.º 55 – Natal/RN, sexta-feira, 10/03/1950.

PELO MUNDO

A MODA E OS NOVOS CASAMENTOS

Nova York (ONA) – um costureiro (perdão, Couturier) de Nova York apresentou uma exposição de vestidos para a “Segunda Noiva”, isso é , uma senhora que por obra do anjo da morte ou do código civil, se viu livre de seu primeiro Romeu, e procura um outro Marinelli, argumenta que a “Segunda noiva” passou a ser uma instituição social, como a “primeira” e é justo que tenha, também, um vestido apropriado naturalmente, esses vestidos são de cores menos cândidas.

Marinelli está muito entusiasmado com a idéia e já está cuidando da elaboração de vestidos para as moças que se candidatarem a terceira, quarta, quinta, e mesmo sexta noiva.

A República, ANO LXI – N.º 56 – Natal/RN, sábado, 11/03/1950.

SALÃO DE BELEZA “CHERRY BLOSSOM”

MADAME VILMA

Especialista em massagem terapêutica para senhores e senhoras. Perfeita regeneração da face com remoção de cravos, desaparecimento de manchas, rugas, etc.

Métodos cientificamente modernos.

Salão “Cherry Blossom”, Rua Ulisses Caldas, 254.

Consultas 8:00 às 12:00 e 13:00 às 18:00 horas.

A República, ANO LXI – N.º 55 – Natal/RN, sexta-feira, 10/03/1950.

SOCIAIS

O CALOR E A MODA

A tendência da moda para o verão é simplificar as blusas. Apenas em pedacinho de fazenda, apanhado com um nó, como se fora um lenço, uma alça que se enrola no pescoço segurando, um palmo, ou pouco mais do corpete cheio de franzidos, para melhor se ajustar e modelar o busto, eis as blusas de verão.

Embora as saias sejam amplas e não muito curtas, as nossas elegantes jamais andaram menos vestidas, na rua.

A princípio, esses vestidos com alças, usadas nas praias, eram acompanhadas de um bolero ou lenço do próprio tecido para as compras ou sport.

Agora até as alças desapareceram. Os ombros ficam inteiramente descobertos e são usados assim mesmo, em plena rua nas melhores reuniões. E não são tóilettes de baile. São os vestidinhos baratos, de passeio, o que tornou a moda acessível a todas as moças e senhoras que se julgue em idade de usá-la.

Faz tanto calor! Justificam as vaidosas.

Não sei como atravessavam nossas avós, esse tempo quente, quando a moral era tão rígida nos dictames da moda. E é pena que ela a velha e robusta moral dos mais antigos venha cedendo terreno às investidas modernas, pois, si o termômetro continua subindo e a moda avançando, não sabemos como irão vestir as filhas de nossas filhas.

C.N.F.